

AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025 AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA DE 25% PARA REGISTRO DE PREÇOS

### Composição do Edital

1.	DO OBJETO	2
2.	DA PARTICIPAÇÃO	2
3.	DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL	6
4.	DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	7
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6.	DA INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO	8
7.	DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO DA PROPOSTA	8
8.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
9.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA	.12
10.	DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA	.13
11.	DA VERIFICAÇÃO DE IDONEIDADE DO PROPONENTE VENCEDOR	.15
12.	DA HABILITAÇÃO	.15
13.	DA EMPRESA SUBSEQUENTE	.19
14.	DOS RECURSOS	.19
15.	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	.20
16.	DO CADASTRO DE RESERVA	.20
<b>17.</b>	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	.21
18.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	.22
19.	DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	.22
20.	DA EXECUÇÃO DO OBJETO	.22
21.	DO PAGAMENTO E REAJUSTE	.24
22.	DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS	.24
23.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	.26
A	NEXO I - Especificações do Objeto	29
A	NEXO II - Termo de Referência	.33
A	NEXO II – A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	42
A	NEXO III - Minuta Ata de Registro de Preços	.53
ANI	EXO IV - Minuta de Contrato	.57



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Órgão interessado:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								
Processo NUP:	00185/2025								
Processo PRODATA	0032/2025								
Regime Legal:	Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Complementar Federal nº 123/2006.								
Tipo Licitação:	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO POR ITEM							
Modo de Disputa:	ABERTO								
Orçamento SIGILOSO?	NÃO								
Intervalo mínimo de lances:	0,01% (zero vírgul	a zero um por cento)							
Exame e Retirada do Edital:	www.bnc.org.br_e https://www.bernardosayao.to.gov.br/#/ /transparencia/licitacoes- transparencia/ e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1								
Local da Sessão:	www.bnc.org.br								
Data da Sessão:	10/11/2025								
Hora da Sessão:	08:h00min (horário	de Brasília-DF)							
Inversão de fases:	Sim								
Deceliar at a management	Início em:	10 de Novembro às 08 h 00 min							
Recebimento propostas:	Término em:	09/11/2025 às 23h59min							
Limite para Impugnação:		0min (horário de Brasília-DF)							
Limite para Esclarecimento:	07/11/2025 às 13h0	0min (horário de Brasília-DF)							
Validade da Proposta	90 (noventa) dias								
Valor estimado da contratação:	R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).								
Informações:	Fone (63) 34221241 em horário das 07h ás 13 h.								
morniuções.	E-mail: pmbscpl2021@gmail.com								
Pregoeiro designado:	GILCIA DAYANE	E FERREIRA VIANA, conforme Portaria N°001/2025.							

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Este pregão para registro de preços tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por itens, conforme tabela constante no Anexo I Especificações do Objeto, deste edital, devendo o licitante oferecer proposta para os itens individualmente.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO



- 2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo pertinente ao objeto licitado e, que esteja Credenciada no Site <a href="www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>, desde que satisfaça às exigências deste edital, exceto consórcio.
- 2.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha relativa ao licitante, com o envio da proposta eletrônica até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, e novamente no horário previsto para abertura do certame, fase em que ofertará seus lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Após o encerramento do certame será aberto o prazo para negociação no qual o licitante arrematante deverá manifestar-se.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e da Lei Complementar Municipal nº 178, de 31 de dezembro de 2008.
  - **2.6.1.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual MEI:
    - a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
    - b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
    - c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123/2006;
    - d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
    - e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:
    - f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
    - g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
    - h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa economica, de sociedade de credito, financiamento ou de credito imboliliario, de corretora ou de distribuidora de titulos, valores mobiliarios e cambio, de empresa de arredamento mercatil, de seguros privados e de



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

capitalização ou de previdência complementar;

- i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

### 2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- **2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- **2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- **2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- **2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- **2.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- **2.7.12.** outros impedimentos previstos em lei.
- 2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem **os itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item **2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.14. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - **2.14.1.** Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
  - **2.14.2.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - **2.14.3.** Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - **2.14.4.** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal;
  - **2.14.5.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - **2.14.6.** Declarar que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estar ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado de Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **2.14.7.** Declarar sob as penas da lei, qua até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2.15. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar com "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à seguinte declaração:
  - **2.15.1.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar com "SIM", em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.
    - **2.15.1.1.** A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº123/2006

- **2.15.1.2.** Ao assinalar o campo "NÃO", o sistema operacional não reconhecerá a empresa como ME/EPP/COOP/MEI, mesmo que apresente os documentos comprobatórios de enquadramento nesta condição, deixando de usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.16. Para usufruir do benefício do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, a empresa deve assinalar nos campos: SIM ou NÃO, nas declarações complementares, identificando as condições em que se enquadra, para fins de desempate e/ou preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados, conforme segue:
  - **2.16.1.** Declarar para os devidos fins legais, se realiza ações de equidade entre homens e mulheres;
  - **2.16.2.** Declarar para os devidos fins legais, se realiza ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
  - **2.16.3.** Assinalar se a empresa está estabelecida no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública do Município que realizará a licitação;
  - **2.16.4.** Assinalar se a empresa é brasileira;
  - 2.16.5. Assinalar se a empresa investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - **2.16.6.** Assinalar se a empresa é capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 2.17. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 2.18. Em atenção ao inciso II, art. 82 da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que a quantidade mínima de unidades a ser cotada (ofertada) por item será a totalidade de cada item, conforme indicado no ANEXO I Especificações do objeto.
  - **2.18.1.** As propostas apresentadas deverão contemplar os quantitativos totais de cada item. E, não serão aceitos preços diferentes para o mesmo item.

#### 3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL

- 3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto ao Portal de Compras Públicas pela website: <a href="www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>.
- 3.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão Tocantins, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidadelegal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.3. O *login* e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico.

### 4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao pregoeiro (a), exclusivamente por meioeletrônico, através do site <a href="www.bnc.org.com.br">www.bnc.org.com.br</a>, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame.
  - **4.1.1.**O pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídiosformais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

L-mail. pmbscpizoz regmail.com

- **4.1.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema.
- 4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico através do site <a href="www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>, em até 3(três) dias úteis anteriores a abertura do certame.
  - **4.2.1.** No caso de impugnações apresentadas por representante de pessoa jurídica, deverão, necessariamente estar acompanhadas de procuração e documentos pessoais do procurador, com foto, sob pena de não serem conhecidas.
- 4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

# 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação se dará posteriormente as de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Antes do envio da proposta eletrônica de preços, o fornecedor deverá efetuar o download do edital eletronicamente, através do site <a href="https://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>.
- 5.3. O preenchimento da proposta eletrônica ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e descrição do objeto ofertado, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.
- 5.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá preencher todos os campos das declarações contidas nos itens 2.14, 2.15 e 2.16 deste edital, como condição para inserção da proposta eletrônica.
- 5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou alterar a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo do edital.
- 5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas eletrônicas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública, na fase de envio de lances.
- 5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos dos licitantes convocados para apresentação de propostas e habilitação, após a fase de envio de lances.

### 6. DA INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1. Os documentos de habilitação exigidos no **item 12** deste edital, deverão ser inseridos no registro da proposta a fase de lances e julgamento da proposta.
- 6.2. O sistema disponibilizará campo próprio, para a inserção dos documentos exigidos para a



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

habilitação na forma do item 12 deste edital.

**6.2.1.** A não inserção dos documentos ensejará na inabilitação do licitante.

### 7. DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.2. Valor unitário e total do item, especificados no **ANEXO I Especificações do Objeto** deste edital, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais após a vírgula, sendo desclassificada a proposta ou o lance que seja apresentado de forma diversa;
  - a) Descrição detalhada do objeto, condizentes com as especificação do Termo de Referência (pormenorização daquilo que for pertinente).
  - b) Marca e Fabricante (no que couber).
- 7.3. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos necessárias à execução do objeto como carga, transporte e descarga, operacionais, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, tarifas, emolumentos, licenças, comerciais, alojamento para atendimento dos serviços, seguro em geral e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços, bem como encargos decorrentes de fenômenos de natureza infortunística, trabalhista, responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados ao Município de Bernardo Sayão e/ou terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços, dentre outras de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Bernardo Sayão/TO.
  - **7.4.1.** Os valores propostos deverão ser os praticados na data da abertura da proposta, mantendo-se durante a sua vigência.
- 7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro ou omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços estimados estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8. Todas as especificações da proposta vinculam a Contratada, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

# 8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 8.2. A Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **8.4.1.** A não desclassificação da proposta nesta fase, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  - 8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  - 8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes.
  - 8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
    - **8.7.1.**O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
  - 8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  - 8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (zero vírgula zero um por cento)
  - 8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa "aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
  - 8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrarse-á automaticamente.
  - 8.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão públicade lances, em prol da consecução do melhor preço.
  - 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  - 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  - 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas** 24 (**vinte e quatro**) **horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  - 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  - 8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- **8.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- **8.20.2.** A arrematante nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no **prazo de 5** (**cinco**) **minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- **8.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **8.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **8.20.5.** Persistindo o empate, as propostas melhores classificadas serão sorteadas pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances:
  - **8.21.1.** o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº14.133, de 2021, nesta ordem:
    - **8.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - **8.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;
    - **8.21.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - **8.21.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
  - **8.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - **8.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Tocantins;
    - **8.21.2.2.** Empresas brasileiras;
    - **8.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    - **8.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
    - **8.21.2.5.** Persistindo o empate, será realizado sorteio.
- 8.22. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada nos subitens 8.20 e/ou na forma do item 8.21, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 8.23. Finalizado as etapas anteriores, será declarado o arrematante.
- 8.24. O sistema disponibilizará **automaticamente fase de negociação ao licitante** que tenha apresentado o melhor preço para o item, pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - **8.24.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, estabelecendo-se **o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, a partir da comunicação realizada pelo pregoeiro através do sistema eletrônico.
  - **8.24.2.** No prazo mencionado no item anterior, o licitante melhor classificado deve manifestar-se quanto a negociação e enviar por meio do sistema eletrônico a proposta final readequada, na forma do item 9, acompanhada dos documentos complementares solicitados no subitem 9.1., 9.1.1. e 9.1.1.1.
  - **8.24.3.** É facultado ao pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  - **8.24.4.** O não envio da proposta e demais documentos requeridos dentro do prazo estabelecido acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO do licitante do certame.
- 8.25. Após a negociação e oportunizado aos interessados a intenção de recorrer.
- 8.26. Após, o Pregoeiro (a) solicitará às empresas melhores classificadas o envio dos documentos de habilitação, para análise e julgamento.

#### 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

- 9.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal; se Procurador, apresentar a respectiva Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico; acompanhado de documento de identificação com foto (devendo a assinatura na proposta ser digitalmente e/ou idêntica ao documento de identificação apresentado). Sendo sócio-proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser comprovado através do estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura
  - 9.1.1. A proposta final apresentada deverá conter expressamente:
  - a) O número do Pregão Eletrônico, data e hora da sua realização;
  - b) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail da empresa proponente;
  - c) Especificações detalhadas dos materiais hospitalares e odontológicos ofertados, conforme descrito no ANEXO I;
  - d) O prazo de entrega dos produtos, objeto da Nota de Empenho e assinatura do contrato, não poderá exceder 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do mesmo;
  - e) O valor unitário, por item e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, no máximo com duas casas decimais;
  - f) Prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;
  - g) Dados bancários para recebimento (pagamento) em nome do licitante: nome e número do Banco, agência e conta corrente;
  - h) Prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, após atesto da nota fiscal.
  - 9.1.1.1. Apresentar, juntamente com a proposta redigida, sob pena de desclassificação:
  - a) Declaração de que atende, no que couber, os critérios de Sustentabilidade Ambiental, conforme



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que se refere ao descarte e utilização de materiais hospitalares e odontológicos;

- b) Licença ou Alvará Sanitário vigente, emitido pela autoridade competente (Vigilância Sanitária ou órgão equivalente), que autorize a empresa a comercializar materiais hospitalares e/ou odontológicos;
- c) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de materiais similares, em quantidade e qualidade compatíveis com o objeto desta licitação;
- d) Declaração de ciência de que a empresa contratada deverá se responsabilizar pela aplicação da Logística Reversa dos resíduos provenientes de embalagens e materiais descartáveis, conforme Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
- e) Declaração assinada pelo representante legal e responsável técnico de que os materiais hospitalares e odontológicos fornecidos terão prazo de validade equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados na data da entrega.
  - 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 9.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerá o lance final ou valor negociado.
  - 9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
  - 9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

#### 10. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela administração para contratação conforme este Edital e seus anexos, observado o disposto na Lei 14.133/2021.
- 10.2. **Serão desclassificadas** as propostas ou lances finais que apresentarem preço unitário e total superior ao preço estimado pela Administração.
  - 10.2.1. O valor do item não poderá ser superior ao estimado pela Administração.
- 10.3. **Poderá ser desclassificada** a proposta ou melhor lance, que apresentar preço inexequível.
  - 10.3.1. Considerar-se-á relativamente inexequível a proposta que apresente preços global e/ou unitários simbólicos ou irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
    - JUSTIFICATIVA: A presente contratação visa atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão/TO, garantindo o fornecimento contínuo de materiais hospitalares e odontológicos, indispensáveis para a manutenção dos serviços de saúde prestados à população. O abastecimento adequado desses insumos é essencial para assegurar a qualidade no atendimento, a segurança dos pacientes e a eficiência dos



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

procedimentos realizados nas unidades de saúde municipais.

poderão ser encaminhados para análise da Área Requisitante dos serviços a fim de que possa emitir parecer acerca da exequibilidade.

- 10.3.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que apresente valor zero.
- 10.4. Será desclassificada a proposta que:
  - 10.4.1. Contiver vícios insanáveis;
  - **10.4.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e/ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente.
  - 10.4.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - **10.4.4.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 10.5. O Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedadaa negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - a) Também nas hipóteses em que o Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  - b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.6. O Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido em "chat", sob pena de não aceitação da proposta.
  - **10.6.1.** É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
  - 10.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro(a), se destacam os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, dentro do prazo indicado pelo Pregoeiro(a).
- 10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.8. É facultado ao pregoeiro(a) a realização de diligência para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas.
- 10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública a mesma somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
  - **10.9.1.** Havendo necessidade, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova datae horário para a sua continuidade.
- 10.10. Da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, a eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto,



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 10.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.13. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.
- 10.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro (a) verificará a habilitação dolicitante, observado o disposto neste Edital.

### 11. DA VERIFICAÇÃO DE IDONEIDADE DO PROPONENTE VENCEDOR

- 11.1. Será verificada a existência de registros impeditivos da contratação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep">https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep</a>).
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro (a) reputará o licitante **inabilitado,** por falta de condição de participação.

### 12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deverão ser anexado junto com a proposta do fornecedor (es) anterior a fase de lances após encerrada a fase de julgamento das propostas.
  - 12.2. A habilitação do licitante se dará pela verificação dos documentos inseridos no sistema eletrônico, que será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de autenticada, Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica, e Regularidade fiscal, sociale trabalhista.
    - **12.3.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico em formato digital.
      - **12.3.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
  - 12.4. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, na forma do art. 64 da Lei 14.133/2021, para:
    - **12.4.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
    - **12.4.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.



- 12.5. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 12.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no item 12.2 e 12.3.
- 12.8. O Certificado de Registro Cadastral CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão TO, dentro do prazo de validade e incluído juntamente com os documentos de habilitação, substitui os documentos dos itens 12.14; 12.15 e 12.17, desde que os documentos constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação.
- 12.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
  - a) Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;
  - b) Em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz);
  - c) Em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).
- 12.10. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.
- 12.11. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nesta seção implicará a INABILITAÇÃO do licitante.
- 12.12. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.
- 12.13. A verificação pelo pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoresde certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.14. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:
  - a) Documento de identificação oficial com foto, reconhecido em território nacional, do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo ou, do procurador constituído quando houver;
  - b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
  - c) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
  - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
  - e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI.
  - 12.7.1. Os documentos referentes ao **item 12.7**, **letras "b"**, "**c"**, "**d"**, "**e" e "f"**, deverão ser apresentados com autenticação e/ou com certificação digital, acompanhados de todas as



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

alterações ou da consolidação respectiva.

- 12.15. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:
  - a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;
    - **a.1** Nos casos em que a certidão seja positiva de recuperação, as empresas deverão apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos do art. 58 da lei 11.101/2005.
    - **a.2** A Certidão Negativa de Falência ou Concordata deverá ser apresentada com autenticação por órgão competente e/ou com certificação digital, caso não possa ser aferida por meios oficiais, online.
  - b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercícios sociais;
    - **b.1** As empresas criadas no exercício financeiro do procedimento licitatório deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
    - **b.2** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano.
    - **b.3** As empresas optantes do "SIMPLES NACIONAL" não estão dispensadas de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, relativamente ao último exercício social.
    - **b.4** O balanço patrimonial deverá ser apresentado com autenticação por órgão competente e/ou com certificação digital.
    - **b.5** No caso de Micro Empreendedor Individual MEI, não será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
    - **b.6** O MEI deverá apresentar Declaração anual de Faturamento emitido pelo Portal do Empreendedor, no que couber.
    - c) Comprovação de possuir capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor arrematado para a contratação, podendo ser comprovado
      - através do contrato social ou do balanço patrimonial do último exercício, ou pela certidão simplificada da junta comercial e ainda pelo CRC (Certificado de Registro Cadastral) emitido pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão.
- 12.16. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** os licitantes deverão apresentar:
  - a) Atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) de capacidade técnica e de aptidão, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em favor do licitante, que comprove experiência no fornecimento de maneira satisfatória compatíveis em características de maior relevância técnica ou similares com objeto desta licitação.
    - a.1) Não são consideradas válidos para fins de habilitação técnica, atestados de prestação de serviços/ fornecimento incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 - CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO - TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- b) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
  - b.1) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- A empresa participante da licitação deverá apresentar a Autorização de c) Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), comprovando a regularidade para exercer as atividades relacionadas ao objeto da licitação.
- Deverá ainda ser apresentada a Licença Sanitária, expedida pelo órgão de d) Vigilância Sanitária competente do local de domicílio da empresa licitante, demonstrando o cumprimento das normas sanitárias aplicáveis.
  - d.1) Ambos os documentos devem estar válidos na data de apresentação e serem pertinentes à natureza dos bens ou serviços licitados. A não apresentação ou a apresentação de documentos inválidos ou em desacordo com estas exigências poderá implicar na inabilitação da empresa no certame licitatório.
- Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão 12.17. apresentar os seguintes documentos:
  - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao a) seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
  - b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, ou outro documento equivalente, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
  - c) Prova de regularidade fiscal relativa a tributos federais, abrangendo a Dívida Ativa da União e quanto às Contribuições Previdenciárias e as de terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil:
  - d) Prova de regularidade fiscal relativa a tributos estaduais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
  - Prova de regularidade fiscal relativa a tributos municipais (ou distritais), relativamente e) ao estabelecimento do proponente;
  - f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do g) Trabalho.
  - Os documentos do item 12.17, letras "b", "d" e "e" deverão ser apresentados com 12.17.1. autenticação e/ou com certificação digital, caso não possam ser aferidos por meios oficiais, online.
- 12.18. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - Havendo alguma restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal dos LICITANTES Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência de sua notificação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- **12.18.2.** A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal pelo LICITANTE implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado ao PREGOEIRO convocar os LICITANTES remanescentes.
- 12.19. No julgamento da HABILITAÇÃO o PREGOEIRO poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante registro em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de HABILITAÇÃO.
  - 12.7.2. Para fins de HABILITAÇÃO, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de Certidões constitui meio legal de prova.
- 12.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento dos documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 13. DA EMPRESA SUBSEQUENTE

- 13.1. Quando a proposta ou lance vencedor for desclassificado/inabilitado, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.2. Para fins de classificação, aplicam-se às empresas subsequentes os termos estabelecidos no **item 9** deste edital, referente ao encaminhamento da proposta final.
  - **13.2.1.** O pregoeiro (a), através do sistema eletrônico, estabelecerá prazo, de, no mínimo 02(duas)horas, para inserção da proposta final e demais documentos relativos à proposta.
  - 13.2.2. O não envio da proposta e demais documentos requeridos dentro do prazo estabelecido acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO do licitante do certame.
- 13.3. Será verificada a regularidade da documentação de habilitação, nos termos do **item 12** deste edital, observando-se a data de abertura do certame, devendo atualizá-la na data de sua convocação, caso necessário.

#### 14. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
  - **14.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida,



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. A apreciação do(s) recurso(s) se dará em fase única.
- 14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.11. Caberá à autoridade competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

### 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es), e homologação do procedimento licitatório, eletronicamente.
- 15.2. Os autos deverão ser remetidos ao órgão de controle interno para, constatada a regularidade dos atos praticados, ser emitido o certificado de verificação de regularidade, nos termos da Lei 14.133/2021.

#### 16. DO CADASTRO DE RESERVA

- 16.1. Após o encerramento da fase de habilitação, os licitantes remanescentes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 16.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 16.2.1.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 16.2.1.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
  - 16.2.1.3. Os documentos de habilitação serão submetidos a análise nos termos do item 12 deste edital.
- 16.3. A apresentação de novas propostas, na forma do item anterior, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 16.4. Após a homologação, o registro de preços ainda observará, entre outras as seguintes condições:
  - Será incluído na ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação original do certame;
  - b) A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
  - c) O registro a que se refere os itens anteriores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

### 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- 17.1. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento de bens e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.
- 17.2. Após homologação pelo Ordenador de Despesas, o adjudicatário será convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da convocação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado, podendo ser assinada por certificação digital, observando o disposto Lei Nº 14.063, De 23 De Setembro De 2020.
  - 17.3. A Ata de Registro de Preços, lavrada conforme ANEXO III, terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável por até igual período, desde que atendidas as condições da Lei 14.133/2021.
    - **17.3.1.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.
  - 17.4. Uma vez convocado, caso o adjudicatário não assine a Ata de Registro de Preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.
  - 17.5. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços se dará no Diário Oficial do Município de Bernardo Sayão.
  - 17.6. Desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, a ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
  - **17.6.1.** Qualquer órgão e entidade da administração pública federal, estadual e municipal, de qualquer esfera de Poder poderá aderir a Ata de Registro de Preços, desde que atendidos os requisitos da Lei 14.133/2021.
    - **17.6.2.** Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões que não excedam, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados.
    - **17.6.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
    - 17.7. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.
    - 17.8. Compete ao órgão não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.
    - 17.9. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, conforme ANEXO III Minuta da Ata de Registro de Preços.
    - 17.10. Fica vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
- 17.11. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico é a Secretaria Municipal de Finanças, através do Setor de Compras e Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

17.12. São Órgãos Participantes da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante o referido Pregão:

a) Não há órgãos participantes

### 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os custos para atendimento a esta licitação correrão à conta da Unidade Gestora, na(s) dotação(ões) orçamentária(s), natureza(s) de despesa e fonte(s) consignados no item 16 do Termo de Referência constante no **ANEXO II**.

#### 19. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 19.1. Após a homologação do certame e assinatura da Ata de Registro de Preços a adjudicatária será convocada, a critério da **Secretaria Municipal de Saúde**, para recebimento da nota de empenho / assinatura do termo do contrato relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.
- 19.2. O contrato será firmado nos termos da minuta constante no **ANEXO IV**.
- 19.3. Fica facultado à Administração, quando o vencedor não retirar a nota de empenho/assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.
- 19.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogável nos limites e condições estabelecidas no art. 105 da Lei 14.133/2021, respeitando-se o exercício financeiro em relação a(s) nota(s) de empenho e da declaração orçamentária na proporção do saldo.
- 19.5. JUSTIFICATIVA: A presente contratação visa atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão/TO, garantindo o fornecimento contínuo de materiais hospitalares e odontológicos, indispensáveis para a manutenção dos serviços de saúde prestados à população. O abastecimento adequado desses insumos é essencial para assegurar a qualidade no atendimento, a segurança dos pacientes e a eficiência dos procedimentos realizados nas unidades de saúde municipais.
- 19.6. A Contratada não poderá subcontratar o objeto.

### 20. DA EXECUCÃO DO OBJETO

- 20.1. As condições gerais para a execução do objeto como prazo, forma e local de entrega estão estabelecidas no Termo de Referência constante no ANEXO II.
- 20.2. O prazo de entrega dos produtos, objeto da Nota de Empenho e assinatura do contrato, não poderá exceder 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do mesmo.
- 20.3. A fiscalização se dará na forma do item 4.2 do ANEXO II Termo de referência deste edital.
- 20.4. O <u>recebimento definitivo</u> ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 20.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Os serviços deverão ser prestado no anexo I da unidade basica de saude da Secretaria Municiapal da Saúde na Rua Ernestino Marcelino Alves CEP: 77.755-000, em dias úteis nos horários das 07:00 às 13:00 horas – telefone: (63) 3422-1210

- 20.6. O recebimento se dará na forma do item 7 do ANEXO II- Termo de Referência do edital.
- 20.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que permite à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 20.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 20.9. Os serviços deverão ser de qualidade, de modo que atendam às especificações técnicas do termo de referência e padrões do mercado.
- 20.10. A empresa vencedora deverá fazer a reposição do servidor, no prazo máximo de prazo de 48 (quarenta e oito) horas, todo e qualquer o serviço prestado o torne impróprio ou inadequado ao fim a que se destina.
- 20.11. O objeto em desacordo com o Termo de Referência e Edital serão rejeitados e deverão ser substituídos, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- 20.12. A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações vigentes: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento.
- 20.13. Todo transporte a ser efetuado para a prestação do objeto deste termo e demais despesas, diretas e indiretas, será de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

#### 21. DO PAGAMENTO E REAJUSTE

- 21.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e atesto da nota fiscal/fatura/recibo pelo fiscal da contratação, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, Banco: \_, Agência: nº. \_ Conta Corrente: nº\_, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.
- 21.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, calculada pela última variação vigente:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX) I = (TX/100) I = (indice apurado)

365 TX = Percentual da taxa anual = (calculada pela última variação vigente).

21.3. Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irreajustáveis pelo período de um ano a partir da data do orçamento estimado, e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos, pelo IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 21.4. A solicitação de reajuste de preços de mercado, caso haja aumento nesses, deverá ser comunicada antes do pedido de fornecimento do objeto.
  - **21.4.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 21.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS DOS PREÇOS, da Lei n. 14.133/2021.

#### 22. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - **22.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - **22.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 22.1.2.4. deixar de apresentar o proficional;
    - 22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - **22.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - JUSTIFICATIVA: A presente contratação visa atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão/TO, garantindo o fornecimento contínuo de materiais hospitalares e odontológicos, indispensáveis para a manutenção dos serviços de saúde prestados à população. O abastecimento adequado desses insumos é essencial para assegurar a qualidade no atendimento, a segurança dos pacientes e a eficiência dos procedimentos realizados nas unidades de saúde municipais.
  - **22.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 22.1.5. fraudar a licitação
  - **22.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 22.1.6.3. apresentar documentação falsificada ou deteriorada;
  - 22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 22.2.1. advertência;
- 22.2.2. multa:
- 22.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- **22.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 22.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - **22.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - **22.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, § 5°, da Lei nº 14.133/2021.
- 22.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente observado o disposto da Lei 14.133/2021.

### 23. JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES

- 23.1. A adoção da inversão de fases no processo licitatório apresenta benefícios significativos para a Administração Pública. Entre eles, destaca-se a possibilidade de realizar, de forma antecipada, a verificação da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes. Essa etapa preliminar busca garantir o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, evitando, assim, que eventuais irregularidades comprometam a composição do preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto licitado.
- 23.2. Com a inversão de fases, a disputa de preços ocorrerá somente após a análise criteriosa da habilitação dos licitantes. Esse modelo oferece maior segurança para a Administração ao assegurar que apenas propostas de fornecedores devidamente qualificados passem à etapa competitiva de lances. Dessa forma, o critério de menor preço se mantém como o fator decisivo na seleção da melhor proposta, promovendo, simultaneamente, eficiência e qualidade na contratação de serviços ou aquisição de bens.
- 23.3. É importante destacar que, nas últimas licitações realizadas para esse objeto no município, tem sido recorrente a participação de fornecedores sem comprometimento real com a execução contratual. Muitas empresas têm se "aventurado" no certame de forma irresponsável, apresentando lances inexequíveis durante a disputa de preços. Após essa etapa, essas mesmas empresas, sem qualquer justificativa válida, simplesmente desistem da proposta, deixando de encaminhar os documentos necessários para a habilitação, o que acaba comprometendo o andamento do processo licitatório e gerando transtornos para a Administração Pública.
- 23.4. Além disso, outro problema frequente tem sido a atuação de licitantes que ofertam valores irreais, muitas vezes empresas cujo objeto social sequer é compatível com a contratação em questão. De forma suspeita, assim que a etapa de disputa de preços é encerrada, essas mesmas empresas que apresentaram lances inexequíveis solicitam a desclassificação de todos os itens. Essa prática pode sugerir conluio entre participantes, prejudicando a competitividade e a seleção de fornecedores realmente aptos para a execução do contrato.



- 23.5. Diante desse cenário, a inversão de fases no processo licitatório surge como uma solução eficaz para mitigar esse tipo de problema. Com a habilitação dos licitantes sendo analisada antes da disputa de preços, evita-se que empresas desqualificadas ou sem capacidade técnica avancem no certame. Esse modelo não apenas inibe a participação de fornecedores irresponsáveis, mas também desestimula práticas de conluio, garantindo uma concorrência mais justa e transparente, além da contratação de empresas realmente capacitadas para atender às demandas da Administração Pública.
- 23.6. Da justificativa para inversão de fases
  - **A.** Nos termos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, a justificativa para a inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas em um pregão eletrônica deve fundamentar-se nos princípios que regem a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Essa inversão visa assegurar maior eficiência no processo licitatório e proporcionar maior segurança jurídica na escolha do vencedor do certame, fortalecendo a transparência e a competitividade na Administração Pública.
- 23.7. Fundamento legal para a Inversão das Fases
  - **A.** A regra geral definida pelo artigo 17 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o julgamento das propostas deve preceder a fase de habilitação. No entanto, o §1º do mesmo artigo permite que o edital preveja a inversão dessas fases, desde que haja justificativa técnica e econômica que demonstre sua conveniência em benefício do interesse público.
  - **B.** Ademais, o artigo 67, inciso II, determina que as contratações devem atender às condições de habilitação técnica. Esse requisito reforça a importância de realizar uma análise rigorosa da qualificação dos licitantes antes da etapa de julgamento das propostas, garantindo que somente aqueles tecnicamente capacitados possam participar da fase competitiva.
  - C. Aumento da Qualidade: Ao priorizar a análise da habilitação das empresas na fase inicial do processo licitatório, a Administração Pública pode garantir que apenas fornecedores plenamente qualificados e que atendam às exigências técnicas e de qualidade sejam considerados. Esse critério seletivo contribui para elevar o padrão dos fornecimentos, assegurando que apenas empresas com capacidade comprovada realizem o fornecimento, evitando contratações que comprometam o abastecimento de medicamentos nas unidades de saúde.
  - **D.** Correção de Problemas Anteriores: Em processos anteriores, houve registros de problemas relacionados à qualificação técnica e financeira de licitantes que, após a fase de disputa, não conseguiram cumprir as exigências do contrato, resultando em prejuízos para o funcionamento dos serviços públicos. A inversão de fases se apresenta como uma solução eficaz para minimizar esses riscos, permitindo que um filtro mais rigoroso e antecipado elimine empresas sem capacidade técnica ou financeira antes que avancem para a etapa de lances. Dessa forma, evita-se a contratação de fornecimentos inadequados, garantindo maior segurança e previsibilidade na execução contratual.
- 23.8. Justificativa Técnica para a Inversão
  - **A.** Na contratação em tela, a qualificação técnica dos licitantes constitui um elemento essencial para assegurar a execução eficiente, segura e em conformidade com os requisitos contratuais. A inversão das fases no processo licitatório pode ser justificada pelos seguintes aspectos técnicos:
- I. Garantia de qualificação técnica prévia: A contratação requer a comprovação de capacidade técnica específica, com a apresentação de autorizações sanitárias e atestados de capacidade compatíveis. A realização da habilitação antes da fase de julgamento evita que propostas aparentemente vantajosas sejam apresentadas por empresas que não possuem a qualificação técnica necessária, reduzindo, assim, os riscos de inadimplência contratual.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- **II. Maior segurança jurídica:** A inversão das fases impede que licitantes não habilitados avancem na disputa, o que contribui para a redução de riscos de impugnações e judicializações posteriores, garantindo maior estabilidade ao processo licitatório.
- III. Racionalização do processo licitatório: Analisar a documentação de habilitação de todos os licitantes somente após a fase de lances e negociações pode gerar desclassificações tardias, causando perda de tempo e atrasos na seleção do fornecedor mais vantajoso. Com a inversão das fases, a Administração avalia somente as propostas de empresas previamente qualificadas, otimizando recursos e tempo.
- 23.9. Justificativa Econômica para a Inversão
  - **A.** Além dos aspectos técnicos, a inversão de fases também proporciona benefícios econômicos significativos para a Administração Pública:
- I. Garantia de qualificação financeira prévia: Recentemente, foi identificado no município um problema significativo relacionado ao fornecimento de medicamentos essenciais para as unidades de saúde. Algumas empresas contratadas, por meio de ordens de compras, não conseguiram entregar a quantidade total de medicamentos estabelecida no contrato, optando por estratégias que resultaram na entrega fracionada dos itens. Essa prática comprometeu o abastecimento regular e gerou escassez de medicamentos, afetando diretamente os atendimentos médicos e a saúde da população. A Lei Complementar nº 123/2006 tem como objetivo beneficiar as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), facilitando sua participação em licitações públicas. No entanto, alguns empresários assumem contratos sem possuir o aporte financeiro adequado para garantir o cumprimento integral das obrigações firmadas. Como consequência, esses fornecedores enfrentam dificuldades operacionais e acabam não conseguindo fornecer os medicamentos conforme estabelecido, o que pode levar ao desabastecimento nas unidades de saúde. A falta de medicamentos é um problema grave, que pode resultar em complicações severas para os pacientes e, em casos extremos, até mesmo no falecimento de munícipes, especialmente daqueles em condição de vulnerabilidade social. Diante dessa realidade, torna-se essencial que a Administração adote maior cautela na contratação de fornecedores, exigindo garantias de capacidade financeira das empresas participantes do certame, para que somente participem do certame as empresas que possuem capacidade de fornecimento.
- **II. Redução do risco de paralisações contratuais**: A habilitação prévia assegura que somente empresas tecnicamente capacitadas participem da disputa, diminuindo o risco de inexecução do contrato e prevenindo eventuais prejuízos financeiros à Administração.
- **III. Prevenção de retrabalho**: A análise exclusiva das propostas apresentadas por empresas habilitadas elimina a necessidade de reavaliar sucessivas propostas, caso licitantes inabilitados sejam desclassificados após a fase de julgamento.

#### 23.10. Conclusão

- **A.** Com base nos fundamentos legais apresentados e na análise dos impactos técnicos e econômicos, a inversão da fase de habilitação antes do julgamento das propostas justifica-se como uma medida essencial para garantir que apenas empresas devidamente qualificadas avancem na disputa. Essa prática assegura maior segurança jurídica, eficiência no processo de seleção e mitigação de riscos para a Administração Pública.
- **B.** Essa metodologia está totalmente alinhada com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e escolha da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Nem sempre o menor preço, é o melhor preço!



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

23.11. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, suas propostas contendo os preços, conforme o critério de julgamento definido neste Edital, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

### 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Os prazos mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão, e serão contados na forma prevista no artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.
- **24.1.1.** Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atosdo procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente na Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão.
  - 24.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração
  - 24.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo/a Pregoeiro/a.
  - 24.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
  - 24.5. A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos decorrentes.
  - 24.6. É facultado ao pregoeiro/a, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
    - **24.6.1.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazêlo no prazo determinado pelo/a pregoeiro/a, sob pena de desclassificação/inabilitação.
  - 24.7. No julgamento da CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA/ HABILITAÇÃO O(A) PREGOEIRO(A) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante registro em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia.
  - 24.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
  - 24.9. A pregoeira poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
  - 24.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
  - 24.11. O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico Diário Oficial do Município de Bernardo Sayão, através do site<a href="http://www.bernardosayao.to.gov.br/">https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\_proposta&pagina=1</a>
  - 24.12. Respeitados os prazos legais e os direitos dos licitantes, a pregoeira, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivadamente, proceder alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das

AV. ANTONIO PESCONE, 378 - CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO - TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

propostas.

- 24.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo/a pregoeiro/a com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da acessoria do Município.
- 24.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais pecas que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do 24.15. licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
  - Este edital encontra-se à disposição dos interessados no site:www.bnc.org.br, no https://bernardosayao.comtransparencia.com.br/menu/450/licitacoes/bem.como através do link https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\_proposta&pagina=1onde poderá ser acessado gratuitamente por meio eletrônico
- 24.16. Este edital encontra-se disposição dos interessados site https://bernardosayao.comtransparencia.com.br/menu/450/licitacoes/, bem como através do link https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\_proposta&pagina=1 onde ser acessado gratuitamente por meio eletrônico.
- 24.17. Fica eleito o foro de Colinas – TO, para resolver questões relativas ao presente Edital.
- 24.18. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela setor de Licitações, em horário de 07:00 às 12:55 horas, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (063) 3422-1241 ou e-mail pmbscpl2021@gmail.com.

Bernardo Sayão, aos 09 dias do mês de Outubro de 2025.

Suelene Milhomem Moura Secretaria de Saude Aprovador o edital



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

### **ANEXOS**

### ANEXO I - Especificações do Objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL				
1										
	Valor total estimado da contratação: R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx									



AV. ANTONIO PESCONE, 378 - CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO - TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

#### ANEXO II - Termo de Referência

#### NUP Nº XXXXXXXXX/2025

### TERMO DE REFERÊNCIA BENS/SERVIÇOS Nº 030/2025

#### 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### 2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de materiais hospitalares e odontológicos tem por finalidade abastecer a Unidade Básica de Saúde (UBS) e os Postos de Saúde localizados na zona rural do município, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

A disponibilização adequada desses materiais constitui um dos elementos essenciais para a efetiva implementação das ações de atenção básica em saúde, permitindo o atendimento humanizado, seguro e eficaz aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, contribui diretamente para a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o tratamento de condições clínicas de baixa e média complexidade, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e transparência, bem como o dever da Administração Pública de assegurar a prestação contínua e adequada dos serviços públicos essenciais, especialmente na área da saúde, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

Considerando tratar-se de município de pequeno porte, com estrutura administrativa reduzida e limitações orçamentárias, a aquisição centralizada por meio de procedimento licitatório ou adesão a ata de registro de preços mostra-se a alternativa mais vantajosa e eficiente, conforme os arts. 11, inciso II, e 18 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a adoção de práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, a presente contratação visa garantir o abastecimento regular de insumos hospitalares e odontológicos, evitando descontinuidade nos atendimentos e promovendo melhoria nas condições de trabalho dos profissionais de saúde e na qualidade de vida da população assistida, especialmente da zona rural, que depende exclusivamente do atendimento ofertado pela rede pública municipal..

#### 3. DO PRODUTOS



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação do Valor Estimado.

Relatório de cotação									
Número	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor total					
COTA DE 25%									
	AUTOCLAVE								
	HORIZONTAL								
1	HOSPITALAR 30 LT	2,00	UN	R\$ 11.672,63	R\$ 23.345,27				
	AGUA DESTILADA								
2	200X10ML	6,00	CX	R\$ 160,70	R\$ 964,20				
	AGUA P/INJECAO 500								
3	ML C/24 SF (703)	6,00	CX	R\$ 294,40	R\$ 1.766,40				
	AGUA P/AUTOCLAVE								
4	5000 ML	8,00	GL	R\$ 24,79	R\$ 198,35				
	REANIMADOR MAN.								
	ADT SILICONE								
5	C/RESERV.	4,00	KIT	R\$ 263,08	R\$ 1.052,32				
_	AP. PRESSAO INF			<b>D</b>	<b>D</b>				
6	VELCRO BOLSA	6,00	UN	R\$ 161,94	R\$ 971,64				
_	AP. PRESSAO ADT								
7	VELCRO BOLSA	8,00	UN	R\$ 187,30	R\$ 1.498,43				
	AP. GLICEMIA ON								
•	CALL PLUS	0.00		D# 440.07	DA 000.00				
8	CAIXA/BOLSA	6,00	UN	R\$ 143,67	R\$ 862,02				
•	TERMOM CLINICO	40.00		D# 04.54	DØ 045.40				
9	DIGITAL TH 150	10,00	UN	R\$ 21,54	R\$ 215,40				
	TERMOM DIGITAL								
10	MAX/MIN IN-20+70 EX-	6.00	LINI	R\$ 284.67	D¢ 4.700.00				
10	50+70 FLUXOMETRO P/O2 0-	6,00	UN	R\$ 284,67	R\$ 1.708,00				
	15 LPM COM								
11	RESERVATORIO	10,00	UN	R\$ 99,27	R\$ 992,73				
11	AP. NEBULIZADOR 4	10,00	UN	Nφ 99,21	Νφ 992,73				
12	SAIDA 220V PORTATIL	4,00	UN	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00				
12	LARINGOSCOPIO F	4,00	OIN	Ι 230,00	11.000,00				
	OPTICA LED ADT LAM								
13	123	4,00	KIT	R\$ 1.206,67	R\$ 4.826,67				
10	LARINGOSCOPIO F	1,00	13.1	1.200,07	1.020,01				
	OPTICA LED INF LAM								
14	123	4,00	KIT	R\$ 1.203,00	R\$ 4.812,00				
• •	OTOSCOPIO	.,		1.4 1.25,55	1.4				
	C/ESTOJO OMNI								
15	3000MD	4,00	UN	R\$ 610,85	R\$ 2.443,40				
-	OXIMETRO PULSO	,		,	-,				
16	PORTATIL MD	10,00	UN	R\$ 144,67	R\$ 1.446,67				
	REVELADOR AUTOM	,		,	,				
	RAIO-X 38L								
17	ONU32896168 I	16,00	UN	R\$ 757,82	R\$ 12.125,12				
	DESFIBRILADOR								
	EXTERNO								
18	AUTOMATICO	2,00	UN	R\$ 12.134,00	R\$ 24.268,00				



I	CADEIRA RODAS DE					1	
19	CAMARA DE AR	4,00	UN	R\$	1.256,67	R\$	5.026,67
- 10	CADEIRA DE RODAS	1,00	011	ΙζΨ	1.200,01	ΙζΨ	0.020,01
20	DE BANHO	4,00	UN	R\$	769,00	R\$	3.076,00
21	SONAR DIGITAL	2,00	UN	R\$	701,45	R\$	1.402,89
	DETECTOR FETAL	2,00	O.V	ΙζΨ	701,10	ΤΨ	1.402,00
	JDP-100E COM						
22	CURVA	2,00	UN	R\$	2.002,67	R\$	4.005,33
	LENÇOL HOSPITALAR	_,	<u> </u>	1.4		1.14	
	DESCARTAVEL PARA						
23	MACA	16,00	UN	R\$	21,74	R\$	347,79
	ABAIXADOR LINGUA	•			•	·	•
25	C/100	30,00	PCT	R\$	9,46	R\$	283,70
	ALGODAO HIDROFILO						
26	500GR	30,00	PCT	R\$	25,93	R\$	777,80
	ALGODAO						
	ORTOPEDICO 10 CM						
27	C/12 1MT	16,00	PCT	R\$	14,43	R\$	230,83
	SONDA P/INCOT.						
	URINARIA						
35	C/PRESERV. C/10	56,00	PCT	R\$	102,00	R\$	5.712,00
		AMPLA C	ONCORRÉ	NCIA			
	BALANÇA DIGITAL						
24	ADULTO	4,00	UN	R\$	2.375,10	R\$	9.500,40
	ALGODAO						
	ORTOPEDICO 15 CM	40.00			40.0=		
28	C/12 1MT	16,00	PCT	R\$	18,37	R\$	293,92
29	COLGADURA 35X35	2,00	UN	R\$	183,60	R\$	367,20
30	ECRANS 35X35	2,00	UN	R\$	5.355,00	R\$	10.710,00
31	ECRANS 30X40	2,00	UN	R\$	8.415,00	R\$	16.830,00
	COLAR CERVICAL						
32	ESPUMA M (ORTESE)	16,00	UN	R\$	12,93	R\$	206,93
	COLAR CERVICAL						
33	ESPUMA G (ORTESE)	16,00	UN	R\$	13,63	R\$	218,08
	COLETOR PERF.						
	CORTANTE 20 LTS						
34	C/20	80,00	CX	R\$	312,67	R\$	25.013,33
00	TOUCA DESC.	100.00	БОТ	D.	40.55	D#	4.054.07
36	SANFONADA C/100	100,00	PCT	R\$	18,55	R\$	1.854,67
27	GAZES 7,5X7,5 9 FIOS	60.00	DOT	D¢	25.50	D¢	4 524 00
37	110GR (SEMPRE+)	60,00	PCT	R\$	25,58	R\$	1.534,80
38	MASCARA DESC C/ELAST TRIPLA C/50	200,00	СХ	R\$	12 07	R\$	2 574 67
30		200,00	CA	ĽΦ	12,87	ĽΦ	2.574,67
39	GAZES 7,5X7,5 9FIOS C/500 (CRISTAL)	160,00	PCT	R\$	76,50	R\$	12.240,00
38	AGULHA DESC 20X5,5	100,00	FUI	ΙζΦ	10,00	ΙΛΦ	12.240,00
40	C/100	40,00	CX	R\$	14,19	R\$	567,73
10	AGULHA DESC 13X4,5	.0,00		Ι.Ψ	17,10	Ι.Ψ	551,15
41	C/100	40,00	CX	R\$	12,12	R\$	484,67
	AGULHA DESC 25X7	.0,00		Ι.Ψ	· <del>-</del> , · -	Ι.Ψ	10-1,07
42	C/100	40,00	CX	R\$	19,51	R\$	780,40
	1	-,		· · · · · · ·	,		



1	AGULHA DESC 25X8		I			1	
43	C/100	40,00	CX	R\$	14,56	R\$	582,40
10	ATADURA GESSADA	10,00	0/(	Ι (Ψ	1 1,00	Ι (Ψ	002,10
44	10CMX3MT C/20 UN	6,00	CX	R\$	111,91	R\$	671,46
	ATADURA GESSADA	-,			,		
45	15CMX3MT C/20 UN	2,00	CX	R\$	138,09	R\$	276,18
	ATADURA GESSADA	,		T		- T	-, -
46	20CMX4MT C/20	2,00	CX	R\$	212,83	R\$	425,67
	ATAD CREPE 13 FIOS						·
47	10CM 1,80MT C/12	200,00	PCT	R\$	14,28	R\$	2.856,00
	ATAD CREPE 13 FIOS						
48	15CM 1,80MT C/12	160,00	PCT	R\$	20,48	R\$	3.276,80
	ATAD CREPE 13 FIOS						
49	20CM 1,80MT C/12	160,00	PCT	R\$	27,54	R\$	4.406,40
	CANULA						
	P/TRAQUEOSTOMIA						
50	N.6,5 C/BALAO	2,00	UN	R\$	33,02	R\$	66,05
	CANULA						
	P/TRAQUEOSTOMIA	0.00		5.0	00.00	5.0	22.25
51	N.7,0 C/BALAO	2,00	UN	R\$	33,02	R\$	66,05
	CLAMP UMBILICAL	0.00	DOT	De	40.75	DΦ	05.50
52	C/10	2,00	PCT	R\$	12,75	R\$	25,50
F2	CUBA RIM INOX 26X12 740ML	4.00	LINI	D¢	16E 7E	R\$	662.00
53	ESPATULA DE AYRES	4,00	UN	R\$	165,75	ĽΦ	663,00
54	C/100	6,00	PCT	R\$	15,74	R\$	94,46
- 34	ESPECULO VAG PQ	0,00	FOI	Ιζψ	13,74	Ιζψ	34,40
	N/LUB N/ESTERIL						
55	C/100	6,00	PCT	R\$	4,07	R\$	24,40
- 00	ESPECULO VAG MD	0,00	101	Ι (Ψ	1,07	Ι (Ψ	21,10
	N/LUB N/ESTERIL						
56	C/100	6,00	PCT	R\$	4,33	R\$	26,00
	ESPECULO VAG GD	- ,			,		- <b>,</b>
57	N/LUB N/ESTERIL C/50	6,00	PCT	R\$	4,59	R\$	27,54
	CATETER TIPO	•			•		•
58	OCULOS C/10	40,00	PCT	R\$	35,22	R\$	1.408,93
	CATETER						
	INTRAVENOSO N.18						
59	C/100	40,00	CX	R\$	111,95	R\$	4.477,87
	CATETER						
	INTRAVENOSO N.20						
60	C/50	40,00	CX	R\$	149,08	R\$	5.963,07
	CATETER						
04	INTRAVENOSO N.22	400.00	CV	De	450.40	DΦ	04.074.40
61	C/50 CATETER	160,00	CX	R\$	150,46	R\$	24.074,13
	INTRAVENOSO N.24						
62	C/50	160,00	СХ	R\$	156,62	R\$	25.059,20
02	CATGUT SIMP. 0,0	100,00		Ινψ	130,02	ΙΛΦ	20.000,20
	C/AG 3,0CM C/24 CR						
63	3/8	20,00	CX	R\$	234,72	R\$	4.694,40
	5, 5	_0,00		_ · ·Ψ	_0 .,	Ψ	



	CATGUT SIMP. 1,0						
64	C/AG 3,0CM C/24 MR 1/2	20,00	СХ	R\$	215,87	R\$	4.317,33
04	CATGUT SIMP. 2,0	20,00	O/	Ιζψ	213,07	Ιζψ	4.517,55
	C/AG 2,0CM C/24 CR						
65	3/8	20,00	CX	R\$	204,00	R\$	4.080,00
66	SCALP N.25 C/100	60,00	CX	R\$	44,88	R\$	2.692,80
67	SCALP N.23 C/100	200,00	CX	R\$	44,88	R\$	8.976,00
68	SCALP N.27 C/100	20,00	CX	R\$	44,88	R\$	897,60
	EQUIPO MACRO GTS	- <b>,</b>		T	,		<b>,</b>
69	C/INJ LATERAL	1800,00	UN	R\$	3,12	R\$	5.610,00
	EQUIPO MACRO GTS						
70	C/INJ FLEX	2000,00	UN	R\$	1,54	R\$	3.086,67
	ESPARADRAPO 10CM						
71	X 4,5 MT ADPELE	800,00	UN	R\$	20,16	R\$	16.128,00
70	FITA MICROPORE	500.00	1.161	D¢	40.00	DΦ	0.004.00
72	10CM X 4,5 MT	520,00	UN	R\$	13,23	R\$	6.881,33
73	FRALDA GERIATRICA EG C/7 (SLIM)	1800,00	PCT	R\$	27,33	R\$	49.200,00
13	FRALDA GERIATRICA	1600,00	FCI	ΓΦ	21,33	Г\Ф	49.200,00
74	MD C/8 (SLIM)	1800,00	PCT	R\$	30,69	R\$	55.248,00
	FRALDA GERIATRICA	1000,00	101	Ι (ψ	00,00	ΤΨ	00.2 10,00
75	GD C/8 (SLIM)	1800,00	PCT	R\$	27,18	R\$	48.924,00
	FITA AUTOCĹAVE	,			,		•
76	19MM X 30MT	60,00	UN	R\$	9,83	R\$	590,00
	FIXADOR						
77	CITOLOGICO 100ML	10,00	FR	R\$	17,89	R\$	178,93
	FILME RAIO-X 18X24		O) (	5.0	24224		
78	C/100 SUPER HR-U	20,00	CX	R\$	313,31	R\$	6.266,27
70	FILME RAIO-X 30X40	20.00	CV	DΦ	4 000 07	D¢	04 704 00
79	C/100 SUPER HR-U FILME RAIO-X 35X35	20,00	CX	R\$	1.089,07	R\$	21.781,33
80	C/100 SUPER HR-U	30,00	СХ	R\$	1.120,32	R\$	33.609,50
		•	1	•	•		•
81	GARROTE N.204 15MT	2,00	PCT	R\$	58,63	R\$	117,26
82	CAIXA N.5 BINS AZUL	6,00	UN	R\$	10,20	R\$	61,20
	GERMICIDAL 1000ML						
83	DESINFET HOSPITALAR	30,00	UN	R\$	74,97	R\$	2.249,10
00	LAMINA BISTURI N.23	30,00	OIN	Ιζψ	74,37	Ιζψ	2.243,10
84	C/100	20,00	CX	R\$	51,47	R\$	1.029,33
<u> </u>	LAMINA BISTURI N.24		07.	1.14	<u> </u>		11020,00
85	C/100	40,00	CX	R\$	50,77	R\$	2.030,67
	LANCETA DE	·			·		•
	SEGURANÇA 28G						
86	VIOLETA C/100	100,00	CX	R\$	25,50	R\$	2.550,00
	LANTERNA CLINICA	_					
87	S/PILHA PRETA	2,00	UN	R\$	51,25	R\$	102,50
00	EQUIPO MULTIVIAS	00.00	0.4	D.	4.00	D#	50.00
88	2VIAS C/CLAMP C/50	30,00	CX	R\$	1,93	R\$	58,00
89	EQUIPO 3 VIAS C/50	2,00	CX	R\$	2,04	R\$	4,08



		•	-				
	PORTA ALGODAO REDONDO C/MOLA						
90	8X8CM	52,00	UN	R\$	162,94	R\$	8.473,05
	TESOURA MAYO						
91	STILLE 19CM RETA	10,00	UN	R\$	195,60	R\$	1.955,97
	TESOURA						
00	METZEMBAUM 15CM	0.00		D.0	400.04	DΦ	000.50
92	CURVA 145-43	8,00	UN	R\$	122,94	R\$	983,52
	TESOURA METZEMBAUM 15CM						
93	RETA	6,00	UN	R\$	62,41	R\$	374,46
33	PORTA AGULHA	0,00	OIN	ΙζΨ	02,41	ΙζΨ	37 4,40
94	MAYO HEGAR 17CM	6,00	UN	R\$	148,16	R\$	888,98
	TESOURA CIRUR.	0,00	0.1	14	0, . 0		333,53
95	15CM R/R RETA	6,00	UN	R\$	114,75	R\$	688,50
	TESOURA CIRUR.	•		·	,		•
96	15CM R/R CURVA	6,00	UN	R\$	127,50	R\$	765,00
	MALHA TUBULAR						
97	08CM X 15MT	6,00	UN	R\$	22,63	R\$	135,76
	MALHA TUBULAR						
98	10CM X 15MT	6,00	UN	R\$	21,51	R\$	129,04
	NYLON N. 0,0 C/AG						
00	2,0CM C/24 CTI 3/8	40.00	CV	De	74.40	D.C	4 4 40 40
99	45CM	16,00	CX	R\$	71,40	R\$	1.142,40
	NYLON N. 3,0 C/AG 2,0CM C/24 CTI 3/8						
100	45CM	16,00	СХ	R\$	71,40	R\$	1.142,40
100	NYLON N. 4,0 C/AG	10,00	O/	ΙζΨ	71,40	ΙζΨ	1.172,70
	2,0CM C/24 CTI 3/8						
101	45CM	16,00	CX	R\$	71,40	R\$	1.142,40
	NYLON N. 5,0 C/AG	,			,	,	,
	2,0CM C/24 CTI 3/8						
102	45CM	16,00	CX	R\$	71,40	R\$	1.142,40
	FIO DE SUTURA						
103	NYLON 5-0	40,00	UN	R\$	78,79	R\$	3.151,73
	PINCA HALSTEAD						
404	MOSQ. 12CM RETA	0.00	LINI	De	400.50	D.C	777 40
104	(224)	6,00	UN	R\$	129,58	R\$	777,48
105	PINCA KELLY 16CM RETA	6,00	UN	R\$	87,47	R\$	524,80
105	PINCA KELLY 14CM	0,00	UN	ΙΛΦ	01,41	ТФ	324,00
106	RETA (231)	6,00	UN	R\$	76,08	R\$	456,50
	PINCA KELLY 16CM	5,55	5.,		7 0,00	Ψ	100,00
107	CURVA	6,00	UN	R\$	82,00	R\$	492,02
	PINCA PEAN 14 CM	•		,	• -		,
108	CURVA C/SERRILHA	6,00	UN	R\$	61,58	R\$	369,46
	PINCA HALSTEAD						
	MOSQ. 18CM RETA						
109	(427)	6,00	UN	R\$	102,46	R\$	614,74
	PINCA ANATOMICA						
440	DENTE DE RATO 14	6.00	1 181	DΦ	E4 00	DΦ	207.74
110	CM (177)	6,00	UN	R\$	51,29	R\$	307,74



	LUVA		1				
	PROCEDIMENTO PP						
111	C/100	60,00	CX	R\$	55,16	R\$	3.309,40
	LUVA	00,00	071	Ι.Ψ	30,10	Ψ	0.000,10
	PROCEDIMENTO P						
112	C/100	200,00	CX	R\$	19,60	R\$	3.920,67
	LUVA		071	- · · · ·		Ψ	0.020,01
	PROCEDIMENTO M						
113	C/100	260,00	CX	R\$	21,04	R\$	5.471,27
	LUVA			114			
	PROCEDIMENTO G						
114	C/100	100,00	CX	R\$	18,33	R\$	1.833,33
	LUVA CIRURGICA	,			,	R\$	,
115	ESTERIL N. 6,5 C/50	2,00	CX	R\$	35,70	71,40	
	LUVA CIRURGICA	•			•		
116	ESTERIL N. 7,5 C/50	2,00	CX	R\$	53,55	R\$	107,10
	SERINGA DESC. 1 ML						
117	C/AG 13X4,5 INS C/100	160,00	CX	R\$	51,21	R\$	8.193,60
	SERINGA DESC. 3 ML						
118	C/AG 25X7 C/500 SLIP	160,00	CX	R\$	42,68	R\$	6.829,33
	SERINGA DESC. 5 ML						
119	C/AG 25X7 C/500 SLIP	160,00	CX	R\$	46,98	R\$	7.517,33
	SERINGA DESC. 10						
	ML C/AG 25X7 C/250						
120	SLIP	300,00	CX	R\$	58,00	R\$	17.400,00
	SERINGA DESC. 20						
	ML C/AG 25X7 C/250		0)/		00 = 1	5.0	
121	SLIP	300,00	CX	R\$	83,71	R\$	25.114,00
	SORO FISIOLOGICO						
400	9% 250 ML C/40 SF	200.00	CV	DΦ	452.20	DΦ	447.054.50
122	(733)	260,00	CX	R\$	453,29	R\$	117.854,53
	SORO FISIOLOGICO						
123	9% 500 ML C/24 SF (717)	80,00	СХ	R\$	350,67	R\$	28.053,87
123	SORO GLICOSADO	80,00	CA	ĽΦ	330,07	ГФ	20.055,67
	5% 250 ML C/40 SF						
124	(758)	50,00	СХ	R\$	515,10	R\$	25.755,00
127	SORO GLICOSADO	55,55	5/(	ΙνΨ	515,10	Ι.Ψ	20.700,00
	5% 500 ML C/24 SF						
125	(708)	30,00	CX	R\$	409,43	R\$	12.282,80
	SORO RINGER	- ,		<u> </u>	,	*	,
	SIMPLES 500 ML C/24						
126	SF (724)	20,00	CX	R\$	356,79	R\$	7.135,87
	SONDA ASP.						
127	TRAQUEAL N.10 C/20	6,00	PCT	R\$	29,07	R\$	174,42
	SONDA ASP.						
128	TRAQUEAL N.20 C/10	6,00	PCT	R\$	34,17	R\$	205,02
	SONDA FOLEY 2 VIAS						
129	N.14 C/10	2,00	CX	R\$	51,00	R\$	102,00
	SONDA FOLEY 2 VIAS						
130	N.16 C/10	2,00	PCT	R\$	51,00	R\$	102,00



1	SONDA FOLEY 2 VIAS		I				
131	N.18 5CC C/10	2,00	CX	R\$	51,00	R\$	102,00
101	SONDA FOLEY 2 VIAS	2,00	0/(	ΙΨ	01,00	ΤΨ	102,00
132	N.20 5CC C/10	100,00	CX	R\$	51,26	R\$	5.126,00
	SONDA URETRAL	,		1.7			
133	N.10 C/10	2,00	PCT	R\$	12,16	R\$	24,32
	PAPEL GRAU	,		·	,	,	•
	100X100MM PGC						
134	AUTOCLAVE	100,00	UN	R\$	98,71	R\$	9.870,67
	PAPEL GRAU						
	250X100MM PGC						
135	AUTOCLAVE	30,00	UN	R\$	294,25	R\$	8.827,50
	PAPEL GRAU 150 X						
	100MM PGC						
136	AUTOCLAVE	80,00	UN	R\$	127,98	R\$	10.238,67
	REHIDRATANTE						
	50X27,9G						
137	(HIDRAPLEX)	20,00	CX	R\$	51,00	R\$	1.020,00
	ALCOOL GEL 70% 500	40.00		5.0			
138	ML (ALLGEL)	10,00	LT	R\$	11,35	R\$	113,47
139	ESCADA 2 DEGRAL	2,00	UN	R\$	228,28	R\$	456,56
	SORO RINGER						
	C/LACTATO 500ML						
140	C/24	60,00	CX	R\$	286,99	R\$	17.219,60
	BALANÇA	0.00		D.A.	0.507.07	50	
141	ANTOPOMETRICA	2,00	UN	R\$	2.527,67	R\$	5.055,33
	MACA HOSPITALAR						
4.40	COM RODAS COM	4.00	1.181	De	2 000 00	De	2 000 00
142	GRADES	1,00	UN	R\$	3.060,00	R\$	3.060,00
143	BANDEJA INOX	2.00	UN	R\$	90 99	R\$	170.75
143	22X09X15CM (2006) BANDEJA INOX	2,00	UN	ĽΦ	89,88	ĽΦ	179,75
144	30X20X4CM (2008)	2,00	UN	R\$	86,44	R\$	172,89
144	BANDEJA	2,00	OIN	ΙζΨ	00,44	Ιζψ	172,03
	RETANGULAR INOX						
145	42X30X4,5CM 4,2L	2,00	UN	R\$	109,65	R\$	219,30
1.0	CABO BISTURI N.3	2,00	0.1	Ι.Ψ	100,00	Ι.Ψ	210,00
146	(025)	10,00	UN	R\$	19,99	R\$	199,87
	ESCOVA DENTAL	-,		*	- ,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	, -
147	INFANTIL MACIA	2000,00	UN	R\$	6,63	R\$	13.266,67
148	FIO DENTAL 500 MTS	10,00	UN	R\$	24,72	R\$	247,23
0	FLUOR GEL 200 ML	. 5,55	5.1	Ι.Ψ	- 1,12	Ψ	2 17 ,20
149	NEUTRO	36,00	VD	R\$	24,49	R\$	881,76
	ANESTESICO TOPICO	•		·	,	,	,
150	12 MENTA	30,00	CX	R\$	45,90	R\$	1.377,00
	ANESTESICO	·			•		•
	PRILONEST 3%						
151	50X1,8ML	20,00	CX	R\$	599,91	R\$	11.998,20
	ANESTESICO						
	ARTICAINA 4%						
152	50X1.8ML C/EPINE	30,00	CX	R\$	477,75	R\$	14.332,50



		-					
	ANESTESICO MEPIVACAI+EPIN.C/50						
153	MEPIADRE	30,00	CX	R\$	586,50	R\$	17.595,00
	PAPEL CARBONO			-	10.1-	-	0=100
154	C/12 ARTICULACAO RESINA CHARISMA	30,00	UN	R\$	12,47	R\$	374,20
155	COR A2 4 GR	40,00	СХ	R\$	125,51	R\$	5.020,27
	RESINA CHARISMA	,		·	•	,	,
156	COR A3 4 GR	40,00	CX	R\$	125,51	R\$	5.020,53
457	RESINA CHARISMA	40.00		D#	400.00	D#	4 000 00
157	COR A3,5 4GR HEMOSTOP SOL 10	40,00	UN	R\$	122,33	R\$	4.893,20
158	ML (HEMOLIQ)	6,00	FRS	R\$	145,09	R\$	870,56
100	HIDROXIDO CALCIO	0,00	1110	Ι (Ψ	1 10,00	ΤΨ	0,0,00
159	24G (HYDCAL)	6,00	CX	R\$	102,00	R\$	612,00
	AGULHA DESC.						
400	GENG. CURTA 30G	40.00	0)/	D.0	00.05	D#	0.570.00
160	C/100	40,00	CX	R\$	89,25	R\$	3.570,00
	ADESIVO FOTO (SINGLE BOND 2)						
161	5,6ML 6G	20,00	FR	R\$	446,25	R\$	8.925,00
	BANDA MATRIZ			1.4	,	1.14	
162	0,05X7X500MM	60,00	UN	R\$	3,69	R\$	221,60
	CAVITEC 25G						
163	(OBITURADOR)	20,00	UN	R\$	53,55	R\$	1.071,00
164	SEDA PRETA 4,0 C/AG 1,7CM C/24 CT 3/8 45	40,00	CX	R\$	204,00	R\$	8.160,00
	SUGADOR	- <b>,</b>		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	- <b>,</b>	*	<b>,</b>
165	DESCARTAVEL C/40	760,00	PCT	R\$	26,33	R\$	20.010,80
	GLUCONATO DE						
166	CLOREXIDINA 0,12%	20.00	ED	R\$	71 11	D¢	1 422 97
166	500 ML PINCEL CAVIBRUSH	20,00	FR	Κֆ	71,14	R\$	1.422,87
167	C/100 AMARELO	50,00	UN	R\$	63,49	R\$	3.174,67
	CONDICIONADO	20,00	0.1	Ι	33, 13	Ι.Ψ	0111 1,01
168	ACIDO	60,00	UN	R\$	12,73	R\$	763,60
169	PASTA DIAMOND R	16,00	UN	R\$	26,96	R\$	431,41
	MICRO APLICADOR						
170	MEDIO	30,00	UN	R\$	29,45	R\$	883,40
171	LIXA DE METAL	30,00	UN	R\$	26,05	R\$	781,60
172	LIXA DE POLIESTER	30,00	UN	R\$	12,98	R\$	389,50
470	IONOMERO DE VIDRO	10.00	1 181	D¢	470.50	DΦ	2 242 22
173	COR A3 FORRADOR HIDROXIDO DE	18,00	UN	R\$	178,50	R\$	3.213,00
174	CALCIO P.A	6,00	UN	R\$	31,61	R\$	189,64
	OBTURADOR	3,00	0.1	Ψ	31,01	Ψ	100,04
175	PROVISSORIO	18,00	UN	R\$	68,59	R\$	1.234,68
176	IODOFOTMIO	6,00	UN	R\$	130,05	R\$	780,30
	BABADOR		_				
177	IMPERMEAVEL	30,00	PCT	R\$	29,54	R\$	886,10
178	ANESTESICO	16,00	UN	R\$	433,50	R\$	6.936,00



	ALPHACAINE						
	KIT ACADEMICO DE						
	ALTA ROTAÇÃO E						
179	BAIXA ROTAÇÃO.	2,00	UN	R\$	4.845,00	R\$	9.690,00
	CANETA ALTA						
180	ROTAÇÃO	2,00	UN	R\$	1.003,67	R\$	2.007,33
	AGULHA EXTRA	•		,	,	,	,
181	CURTA (INFANTIL)	12,00	PCT	R\$	98,20	R\$	1.178,40
	FILMES	,			,		,
	RADIOGRAFICO						
	ODONTOLOGICO						
182	ADULTO	16,00	CX	R\$	470,98	R\$	7.535,73
	FOTOPOLIMERALIZAD	,			,		,
183	OR RECARREGAVEL	2,00	UN	R\$	1.275,00	R\$	2.550,00
	PROTETOR DE	,		,	- /	T	
184	TIREOIDE	2,00	PCT	R\$	466,20	R\$	932,40
185	NOW DUO	2,00	UN	R\$	5.508,00	R\$	11.016,00
100	BROCA CARBIDE FG	2,00	OIN	Ιζψ	3.300,00	Ιζψ	11.010,00
186	ZEKRYA 28 MM	16,00	UN	R\$	76,50	R\$	1.224,00
100	BROCA CARBIDE FG	10,00	OIN	ΓΦ	70,50	ĽΦ	1.224,00
187	N. 702	16,00	UN	R\$	71,14	R\$	1.138,29
107	BROCA CARBIDE FG	10,00	OIN	ГФ	7 1,14	ĽΦ	1.130,29
188	N.2	16,00	UN	R\$	72.00	R\$	1.168,00
100	BROCA CARBIDE FG	10,00	OIN	ГФ	73,00	ĽΦ	1.100,00
189	N.4	16,00	UN	R\$	71,14	R\$	1.138,29
109	BROCA DIAMANTADA	10,00	OIN	Ιζψ	7 1,14	Ιζψ	1.130,29
190	FG 1011	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
190	BROCA DIAMANTADA	10,00	OIN	Ιζψ	13,04	Ιζψ	240,09
191	FG 1012	15,00	UN	R\$	15,04	R\$	225,65
131	BROCA DIAMANTADA	13,00	OIN	ΙζΨ	10,04	Ιζψ	223,03
192	FG 1011 HL	15,00	UN	R\$	15,04	R\$	225,65
132	BROCA DIAMANTADA	13,00	OIN	ΙζΨ	10,04	Ιζψ	223,03
193	FG 3118FF	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
133	BROCA DIAMANTADA	10,00	OIN	ΙζΨ	10,04	Ιζψ	240,03
194	FG3118F	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
134	BROCA 1014	10,00	OIN	ΙζΨ	10,04	Ιζψ	240,03
	ESFERICA						
195	DIAMANTADA	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
190	BROCAS 1015	10,00	OIN	ΙνΨ	10,04	ΙΨ	240,03
	ESFERICAS						
196	DIAMANTADAS	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
130	BROCAS 1016	10,00	011	ΙζΨ	10,04	ΤζΨ	2-10,00
	ESFERICAS						
197	DIAMANTADAS	16,00	UN	R\$	15,04	R\$	240,69
.07	BROCA CARBIDE	10,00	5.1	ΙΨ	10,04	ΙΨ	210,00
198	ESFERICA N7	10,00	UN	R\$	35,44	R\$	354,43
	BROCA CARBIDE	. 0,00	5.1	ΙΨ	50,11	Ψ	33 1, 10
199	ESFERICA N8	8,00	UN	R\$	35,44	R\$	283,55
100	BROCA CARBIDE	5,00		ΙΨ	JU, <del>1 1</del>	Ψ	200,00
200	ESFERICA N6	16,00	UN	R\$	35,44	R\$	567,09
201	BROCA CARBIDE	•	UN	R\$	35,44	R\$	•
ZU I	DUOCH CHUDIDE	20,00	UN	ĽΦ	JD,44	ĽΦ	708,87



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

	ESFERICA N2200						
202	FÓRCEPS N°01	2,00	UN	R\$	129,56	R\$	259,13
203	FÓRCEPS N°17	2,00	UN	R\$	109,40	R\$	218,79
204	FÓRCEPS N°18R	2,00	UN	R\$	120,00	R\$	240,01
205	FÓRCEPS N°18L	2,00	UN	R\$	158,69	R\$	317,39
206	FÓRCEPS N°69	2,00	UN	R\$	148,63	R\$	297,26
207	FÓRCEPS N°150	2,00	UN	R\$	176,77	R\$	353,53
208	FÓRCEPS N°151	2,00	UN	R\$	191,96	R\$	383,92
	FOTOPOLIMERALIZAD						
209	OR	2,00	UN	R\$	2.040,00	R\$	4.080,00
VALOR TOTAL:							
						R\$	1.092.421,20

#### 3.1. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 3.1.1. Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, no montante de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.2. A garantia visa garantir, qualquer que seja a modalidade escolhida:
- 3.1.2.1. Uma vez convocado, não apresente sua proposta readequada ou qualquer documento relacionada a diligências na sua proposta;
- 3.1.2.2. Se após devidamente convocado o licitante recusar-se a assinar de forma implícita ou explícita o instrumento contratual ou;
- 3.1.2.3. Não apresentar seus documentos para contratação;
- 3.1.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 3.1.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133 de 2021.
- 3.1.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 3.1.5.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- 3.1.5.2. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- 3.1.5.3. Seguro-garantia.
- 3.1.5.4. Fiança bancária.
- 3.1.5.5. Título de capitalização.
- 3.1.6. Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 3.2. Justificativa da exigência de garantia de proposta



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 3.2.1. A exigência de apresentação de Garantia de Proposta, estipulada no item 3.1 do Anexo II Termo de Referência e fundamentada no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, é uma medida administrativa indispensável para assegurar a seriedade, a eficiência e o efetivo cumprimento do interesse público no presente certame.
- 3.2.2. O objeto desta licitação, que visa o fornecimento de materiais hospitalares e odontológicos, é de extrema e inadiável importância para o município. A contratação destina-se a garantir o fornecimento contínuo desses insumos, que são indispensáveis para a manutenção dos serviços de saúde prestados à população, assegurando o abastecimento da Unidade Básica de Saúde (UBS) e dos Postos de Saúde. Qualquer falha ou atraso neste fornecimento compromete diretamente a qualidade no atendimento e a segurança dos pacientes.
- 3.2.3. O histórico recente de licitações neste município, especialmente para este objeto, demonstra problemas recorrentes que justificam a adoção de garantias extras. Foi identificada a participação de fornecedores sem comprometimento real com a execução contratual.
- 3.2.4. Verificou-se que muitas empresas participam da disputa de forma irresponsável, apresentando lances inexequíveis com os quais não podem arcar. Subsequentemente, essas mesmas empresas, ao serem convocadas, simplesmente desistem da proposta e deixam de encaminhar os documentos necessários para a habilitação ou, em outros casos, recusam-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato.
- 3.2.5. Essa prática habitual gera graves transtornos para a Administração Pública, pois resulta em procedimentos fracassados, atrasos na contratação e risco de descontinuidade no abastecimento de materiais críticos.
- 3.2.6. Diante deste cenário, a Garantia de Proposta, fixada em 1,0% (um por cento) do valor estimado, atua como um mecanismo crucial para mitigar esses riscos. Ela serve para assegurar que o licitante vencedor, após devidamente convocado, não se recuse a assinar o instrumento contratual ou a Ata de Registro de Preços, e que apresente todos os documentos exigidos para a contratação.
- 3.2.7. Caso o licitante vencedor recuse-se a assinar o contrato ou não apresente os documentos necessários, a garantia será executada em seu valor integral, ressarcindo a Administração pelos custos de um novo procedimento e desencorajando a participação de empresas sem real capacidade ou intenção de cumprir o ofertado.
- 3.2.8. Portanto, a exigência de garantia é uma medida de prudência e gestão de risco essencial para proteger o erário, garantir a seriedade das propostas, inibir a participação de aventureiros e, acima de tudo, assegurar a continuidade do fornecimento de insumos indispensáveis à saúde da população.

#### 4.0. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

- 4.1. Salienta-se que na referida contratação, será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estar presente a exceção prevista no inciso IV, do Art. 49, do mesmo diploma legal: Licitação dispensável Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 4.2. No processo, portanto, deverá ser considerado preferencialmente apenas os fornecedores ou executantes enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.
- 5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 5.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

### 6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.
- 6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

### 7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

- 7.1. Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato ou equivalente:
- 7.1.1. Início: 3 (três) dias;
- 7.1.2. Conclusão: 12 (doze) meses.
- 7.2. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

#### 8.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

### 9.0. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

### 10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.
- 10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

### 11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.
- 11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

### 12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### 13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d –



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

### 14.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

### 15 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 9.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.
- 9.2. Será exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação técnica (rol do artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) habilitação econômico-financeira (rol do artigo 69), todos da mesma legislação (Lei Federal 14.133/2021).
- 9.3. Sendo assim, os documentos exigidos serão conforme o edital.

### 16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado),a Administração poderá:
- b) Republicar o presente aviso com uma nova data;
- c) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- d) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- e) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- f) As providências dos subitens (b e c) acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- g) Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- h) Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio dianteda inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- j) No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterema substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- k) As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo decontratação.
- m) Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste Aviso.
- n) Da sessão pública será divulgada Ata com publicação do site do município, no diário eletrônico oficial.
- o) Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- p) Fica eleito o foro da Comarca de Colinas do Tocantins TO para dirimir qualquer controvérsia acerca da presente contratação direta.

SUELENE MILHOMEM MOURA SECRETARIA DE SAÚDE



AV. ANTONIO PESCONE, 378 - CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO - TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

#### ANEXO II – A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II

### AO LEI 561 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2024, LDO

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

### JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO;

A presente aquisição de materiais hospitalares e odontológicos tem por finalidade abastecer a Unidade Básica de Saúde (UBS) e os Postos de Saúde localizados na zona rural do município, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

A disponibilização adequada desses materiais constitui um dos elementos essenciais para a efetiva implementação das ações de atenção básica em saúde, permitindo o atendimento humanizado, seguro e eficaz aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, contribui diretamente para a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o tratamento de condições clínicas de baixa e média complexidade, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

A contratação observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e transparência, bem como o dever da Administração Pública de assegurar a prestação contínua e adequada dos servicos públicos essenciais, especialmente na área da saúde, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

Considerando tratar-se de município de pequeno porte, com estrutura administrativa reduzida e limitações orçamentárias, a aquisição centralizada por meio de procedimento licitatório ou adesão a ata de registro de preços mostra-se a alternativa mais vantajosa e eficiente, conforme os arts. 11, inciso II, e 18 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a adoção de práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, a presente contratação visa garantir o abastecimento regular de insumos hospitalares e odontológicos, evitando descontinuidade nos atendimentos e promovendo melhoria nas condições de trabalho dos profissionais de saúde e na qualidade de vida da população assistida, especialmente da zona rural, que depende exclusivamente do atendimento ofertado pela rede pública municipal.PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS.

0.10			
Número	Descrição	Quantidade	Unidade
1.	AUTOCLAVE HORIZONTAL HOSPITALAR 30 LT	2,00	UN
2.	AGUA DESTILADA 200X10ML	6,00	CX
3.	AGUA P/INJECAO 500 ML C/24 SF (703)	6,00	CX
4.	AGUA P/AUTOCLAVE 5000 ML	8,00	GL



	REANIMADOR MAN. ADT SILICONE		
5.	C/RESERV.	4,00	KIT
6.	AP. PRESSAO INF VELCRO BOLSA	6,00	UN
7.	AP. PRESSAO ADT VELCRO BOLSA	8,00	UN
8.	AP. GLICEMIA ON CALL PLUS CAIXA/BOLSA	6,00	UN
9.	TERMOM CLINICO DIGITAL TH 150	10,00	UN
10.	TERMOM DIGITAL MAX/MIN IN-20+70 EX-	6.00	
10.	50+70	6,00	UN
11.	FLUXOMETRO P/O2 0-15 LPM COM RESERVATORIO	10,00	UN
12.	AP. NEBULIZADOR 4 SAIDA 220V PORTATIL	4,00	UN
13.	LARINGOSCOPIO F OPTICA LED ADT LAM 123	4,00	KIT
14.	LARINGOSCOPIO F OPTICA LED INF LAM 123	4,00	KIT
15.	OTOSCOPIO C/ESTOJO OMNI 3000MD	4,00	UN
16.	OXIMETRO PULSO PORTATIL MD	10,00	UN
	REVELADOR AUTOM RAIO-X 38L	,	
17.	ONU32896168 I	16,00	UN
18.	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO	2,00	UN
19.	CADEIRA RODAS DE CAMARA DE AR	4,00	UN
20.	CADEIRA DE RODAS DE BANHO	4,00	UN
21.	SONAR DIGITAL	2,00	UN
22.	DETECTOR FETAL JDP-100E COM CURVA	2,00	UN
23.	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTAVEL PARA MACA	16,00	UN
24.	BALANÇA DIGITAL ADULTO	4,00	UN
25.	ABAIXADOR LINGUA C/100	30,00	PCT
26.	ALGODAO HIDROFILO 500GR	30,00	PCT
27.	ALGODAO ORTOPEDICO 10 CM C/12 1MT	16,00	PCT
28.	ALGODAO ORTOPEDICO 15 CM C/12 1MT	16,00	PCT
29.	COLGADURA 35X35	2,00	UN
30.	ECRANS 35X35	2,00	UN
31.	ECRANS 30X40	2,00	UN
32.	COLAR CERVICAL ESPUMA M (ORTESE)	16,00	UN
33.	COLAR CERVICAL ESPUMA G (ORTESE)	16,00	UN
34.	COLETOR PERF. CORTANTE 20 LTS C/20	80,00	CX
35.	SONDA P/INCOT. URINARIA C/PRESERV. C/10	56,00	PCT
36.	TOUCA DESC. SANFONADA C/100	100,00	PCT
37.	GAZES 7,5X7,5 9 FIOS 110GR (SEMPRE+)	60,00	PCT
38.	MASCARA DESC C/ELAST TRIPLA C/50	200,00	CX
39.	GAZES 7,5X7,5 9FIOS C/500 (CRISTAL)	160,00	PCT



40.	AGULHA DESC 20X5,5 C/100	40,00	сх
41.	AGULHA DESC 13X4,5 C/100	40,00	CX
42.	AGULHA DESC 25X7 C/100	40,00	CX
43.	AGULHA DESC 25X8 C/100	40,00	CX
44.	ATADURA GESSADA 10CMX3MT C/20 UN	6,00	CX
45.	ATADURA GESSADA 15CMX3MT C/20 UN	2,00	CX
46.	ATADURA GESSADA 20CMX4MT C/20	2,00	CX
47.	ATAD CREPE 13 FIOS 10CM 1,80MT C/12	200,00	PCT
48.	ATAD CREPE 13 FIOS 15CM 1,80MT C/12	160,00	PCT
49.	ATAD CREPE 13 FIOS 20CM 1,80MT C/12	160,00	PCT
50.	CANULA P/TRAQUEOSTOMIA N.6,5 C/BALAO	2,00	UN
51.	CANULA P/TRAQUEOSTOMIA N.7,0 C/BALAO	2,00	UN
52.	CLAMP UMBILICAL C/10	2,00	PCT
53.	CUBA RIM INOX 26X12 740ML	4,00	UN
54.	ESPATULA DE AYRES C/100	6,00	PCT
55.	ESPECULO VAG PQ N/LUB N/ESTERIL C/100	6,00	PCT
56.	ESPECULO VAG MD N/LUB N/ESTERIL C/100	6,00	PCT
57.	ESPECULO VAG GD N/LUB N/ESTERIL C/50	6,00	PCT
58.	CATETER TIPO OCULOS C/10	40,00	PCT
59.	CATETER INTRAVENOSO N.18 C/100	40,00	CX
60.	CATETER INTRAVENOSO N.20 C/50	40,00	CX
61.	CATETER INTRAVENOSO N.22 C/50	160,00	CX
62.	CATETER INTRAVENOSO N.24 C/50	160,00	CX
63.	CATGUT SIMP. 0,0 C/AG 3,0CM C/24 CR 3/8	20,00	CX
64.	CATGUT SIMP. 1,0 C/AG 3,0CM C/24 MR 1/2	20,00	CX
65.	CATGUT SIMP. 2,0 C/AG 2,0CM C/24 CR 3/8	20,00	CX
66.	SCALP N.25 C/100	60,00	CX
67.	SCALP N.23 C/100	200,00	CX
68.	SCALP N.27 C/100	20,00	CX
69.	EQUIPO MACRO GTS C/INJ LATERAL	1800,00	UN
70.	EQUIPO MACRO GTS C/INJ FLEX	2000,00	UN
71.	ESPARADRAPO 10CM X 4,5 MT ADPELE	800,00	UN
72.	FITA MICROPORE 10CM X 4,5 MT	520,00	UN
73.	FRALDA GERIATRICA EG C/7 (SLIM)	1800,00	PCT
74.	FRALDA GERIATRICA MD C/8 (SLIM)	1800,00	PCT
75.	FRALDA GERIATRICA GD C/8 (SLIM)	1800,00	PCT
76.	FITA AUTOCLAVE 19MM X 30MT	60,00	UN
77.	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	10,00	FR
78.	FILME RAIO-X 18X24 C/100 SUPER HR-U	20,00	CX



79.	FILME RAIO-X 30X40 C/100 SUPER HR-U	20,00	CX
80.	FILME RAIO-X 35X35 C/100 SUPER HR-U	30,00	CX
81.	GARROTE N.204 15MT	2,00	PCT
82.	CAIXA N.5 BINS AZUL	6,00	UN
83.	GERMICIDAL 1000ML DESINFET HOSPITALAR	30,00	UN
84.	LAMINA BISTURI N.23 C/100	20,00	CX
85.	LAMINA BISTURI N.24 C/100	40,00	CX
	LANCETA DE SEGURANÇA 28G VIOLETA		
86.	C/100	100,00	CX
87.	LANTERNA CLINICA S/PILHA PRETA	2,00	UN
88.	EQUIPO MULTIVIAS 2VIAS C/CLAMP C/50	30,00	CX
89.	EQUIPO 3 VIAS C/50	2,00	CX
90.	PORTA ALGODAO REDONDO C/MOLA 8X8CM	52,00	UN
91.	TESOURA MAYO STILLE 19CM RETA	10,00	UN
	TESOURA METZEMBAUM 15CM CURVA 145-		
92.	43	8,00	UN
93.	TESOURA METZEMBAUM 15CM RETA	6,00	UN
94.	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 17CM	6,00	UN
95.	TESOURA CIRUR. 15CM R/R RETA	6,00	UN
96.	TESOURA CIRUR. 15CM R/R CURVA	6,00	UN
97.	MALHA TUBULAR 08CM X 15MT	6,00	UN
98.	MALHA TUBULAR 10CM X 15MT	6,00	UN
	NYLON N. 0,0 C/AG 2,0CM C/24 CTI 3/8		
99.	45CM	16,00	CX
	NYLON N. 3,0 C/AG 2,0CM C/24 CTI 3/8		
100.	45CM	16,00	CX
101	NYLON N. 4,0 C/AG 2,0CM C/24 CTI 3/8		
101.	45CM	16,00	CX
102.	NYLON N. 5,0 C/AG 2,0CM C/24 CTI 3/8 45CM	16,00	CX
103.	FIO DE SUTURA NYLON 5-0	40,00	UN
104.	PINCA HALSTEAD MOSQ. 12CM RETA (224)	6,00	UN
105.	PINCA KELLY 16CM RETA	·	UN
106.	PINCA KELLY 14CM RETA (231)	6,00 6,00	UN
107.	PINCA KELLY 14CM KETA (251)  PINCA KELLY 16CM CURVA	·	UN
107.		6,00	
108.	PINCA HALSTEAD MOSO, 18CM BETA (427)	6,00	UN
109.	PINCA HALSTEAD MOSQ. 18CM RETA (427) PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14 CM	6,00	UN
110.	(177)	6,00	UN
111.	LUVA PROCEDIMENTO PP C/100	60,00	CX
	LO V/ ( ) NOCEDIIVILIATO IT C/ 100	00,00	CA



112.	LUVA PROCEDIMENTO P C/100	200,00	сх
113.	LUVA PROCEDIMENTO M C/100	260,00	CX
114.	LUVA PROCEDIMENTO G C/100	100,00	CX
115.	LUVA CIRURGICA ESTERIL N. 6,5 C/50	2,00	CX
116.	LUVA CIRURGICA ESTERIL N. 7,5 C/50	2,00	CX
117.	SERINGA DESC. 1 ML C/AG 13X4,5 INS C/100	160,00	CX
118.	SERINGA DESC. 3 ML C/AG 25X7 C/500 SLIP	160,00	CX
119.	SERINGA DESC. 5 ML C/AG 25X7 C/500 SLIP	160,00	CX
120.	SERINGA DESC. 10 ML C/AG 25X7 C/250 SLIP	300,00	CX
121.	SERINGA DESC. 20 ML C/AG 25X7 C/250 SLIP	300,00	CX
122.	SORO FISIOLOGICO 9% 250 ML C/40 SF (733)	260,00	CX
123.	SORO FISIOLOGICO 9% 500 ML C/24 SF (717)	80,00	CX
124.	SORO GLICOSADO 5% 250 ML C/40 SF (758)	50,00	CX
125.	SORO GLICOSADO 5% 500 ML C/24 SF (708)	30,00	CX
126.	SORO RINGER SIMPLES 500 ML C/24 SF (724)	20,00	CX
127.	SONDA ASP. TRAQUEAL N.10 C/20	6,00	PCT
128.	SONDA ASP. TRAQUEAL N.20 C/10	6,00	PCT
129.	SONDA FOLEY 2 VIAS N.14 C/10	2,00	CX
130.	SONDA FOLEY 2 VIAS N.16 C/10	2,00	PCT
131.	SONDA FOLEY 2 VIAS N.18 5CC C/10	2,00	CX
132.	SONDA FOLEY 2 VIAS N.20 5CC C/10	100,00	CX
133.	SONDA URETRAL N.10 C/10	2,00	PCT
134.	PAPEL GRAU 100X100MM PGC AUTOCLAVE	100,00	UN
135.	PAPEL GRAU 250X100MM PGC AUTOCLAVE	30,00	UN
136.	PAPEL GRAU 150 X 100MM PGC AUTOCLAVE	80,00	UN
137.	REHIDRATANTE 50X27,9G (HIDRAPLEX)	20,00	CX
138.	ALCOOL GEL 70% 500 ML (ALLGEL)	10,00	LT
139.	ESCADA 2 DEGRAL	2,00	UN
140.	SORO RINGER C/LACTATO 500ML C/24	60,00	CX
141.	BALANÇA ANTOPOMETRICA	2,00	UN
	MACA HOSPITALAR COM RODAS COM		
142.	GRADES	1,00	UN
143.	BANDEJA INOX 22X09X15CM (2006)	2,00	UN
144.	BANDEJA INOX 30X20X4CM (2008)	2,00	UN
445	BANDEJA RETANGULAR INOX 42X30X4,5CM	_	
145.	4,2L	2,00	UN
146.	CABO BISTURI N.3 (025)	10,00	UN
147.	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA	2000,00	UN
148.	FIO DENTAL 500 MTS	10,00	UN
149.	FLUOR GEL 200 ML NEUTRO	36,00	VD



150.	ANESTESICO TOPICO 12 MENTA	30,00	сх
151.	ANESTESICO PRILONEST 3% 50X1,8ML	20,00	CX
	ANESTESICO ARTICAINA 4% 50X1.8ML		
152.	C/EPINE	30,00	CX
	ANESTESICO MEPIVACAI+EPIN.C/50		
153.	MEPIADRE	30,00	CX
154.	PAPEL CARBONO C/12 ARTICULACAO	30,00	UN
155.	RESINA CHARISMA COR A2 4 GR	40,00	CX
156.	RESINA CHARISMA COR A3 4 GR	40,00	CX
157.	RESINA CHARISMA COR A3,5 4GR	40,00	UN
158.	HEMOSTOP SOL 10 ML (HEMOLIQ)	6,00	FRS
159.	HIDROXIDO CALCIO 24G (HYDCAL)	6,00	CX
160.	AGULHA DESC. GENG. CURTA 30G C/100	40,00	CX
161.	ADESIVO FOTO (SINGLE BOND 2) 5,6ML 6G	20,00	FR
162.	BANDA MATRIZ 0,05X7X500MM	60,00	UN
163.	CAVITEC 25G (OBITURADOR)	20,00	UN
164.	SEDA PRETA 4,0 C/AG 1,7CM C/24 CT 3/8 45	40,00	CX
165.	SUGADOR DESCARTAVEL C/40	760,00	PCT
166.	GLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% 500 ML	20,00	FR
167.	PINCEL CAVIBRUSH C/100 AMARELO	50,00	UN
168.	CONDICIONADO ACIDO	60,00	UN
169.	PASTA DIAMOND R	16,00	UN
170.	MICRO APLICADOR MEDIO	30,00	UN
171.	LIXA DE METAL	30,00	UN
172.	LIXA DE POLIESTER	30,00	UN
173.	IONOMERO DE VIDRO COR A3 FORRADOR	18,00	UN
174.	HIDROXIDO DE CALCIO P.A	6,00	UN
175.	OBTURADOR PROVISSORIO	18,00	UN
176.	IODOFOTMIO	6,00	UN
177.	BABADOR IMPERMEAVEL	30,00	PCT
178.	ANESTESICO ALPHACAINE	16,00	UN
	KIT ACADEMICO DE ALTA ROTAÇÃO E BAIXA		
179.	ROTAÇÃO.	2,00	UN
180.	CANETA ALTA ROTAÇÃO	2,00	UN
181.	AGULHA EXTRA CURTA (INFANTIL)	12,00	PCT
	FILMES RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO		
182.	ADULTO	16,00	CX
183.	FOTOPOLIMERALIZADOR RECARREGAVEL	2,00	UN
184.	PROTETOR DE TIREOIDE	2,00	PCT
185.	NOW DUO	2,00	UN



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

186.	BROCA CARBIDE FG ZEKRYA 28 MM	16.00	UN
187.	BROCA CARBIDE FG N. 702	16,00	_
		16,00	UN
188.	BROCA CARBIDE FG N.2	16,00	UN
189.	BROCA CARBIDE FG N.4	16,00	UN
190.	BROCA DIAMANTADA FG 1011	16,00	UN
191.	BROCA DIAMANTADA FG 1012	15,00	UN
192.	BROCA DIAMANTADA FG 1011 HL	15,00	UN
193.	BROCA DIAMANTADA FG 3118FF	16,00	UN
194.	BROCA DIAMANTADA FG3118F	16,00	UN
195.	BROCA 1014 ESFERICA DIAMANTADA	16,00	UN
196.	BROCAS 1015 ESFERICAS DIAMANTADAS	16,00	UN
197.	BROCAS 1016 ESFERICAS DIAMANTADAS	16,00	UN
198.	BROCA CARBIDE ESFERICA N7	10,00	UN
199.	BROCA CARBIDE ESFERICA N8	8,00	UN
200.	BROCA CARBIDE ESFERICA N6	16,00	UN
201.	BROCA CARBIDE ESFERICA N2200	20,00	UN
202.	FÓRCEPS N°01	2,00	UN
203.	FÓRCEPS N°17	2,00	UN
204.	FÓRCEPS N°18R	2,00	UN
205.	FÓRCEPS N°18L	2,00	UN
206.	FÓRCEPS N°69	2,00	UN
207.	FÓRCEPS N°150	2,00	UN
208.	FÓRCEPS N°151	2,00	UN
209.	FOTOPOLIMERALIZADOR	2,00	UN

#### LOCAL ONDE DEVERA SER ENTREGA DOS PRODUTOS

Todos os produtos deverão ser entregues no prédio da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua Ernestino M. Alves nº 78, na presença de servidor devidamente autorizado.

#### LEVANTAMENTO DE MERCADO;

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram descriminados os valores unitários estimados dos produtos que serão usados como base para a contratação.

Diante da especificidade do objeto, objetivando complementar a pesquisa de preços, a área de Licitações, Compras e Contratos poderá formalizará junto a empresas do ramo a cotação de valores para subsidiar o comparativo de valores ofertados ou ainda a pesquisa de preços e painéis de preços oficiais.

### MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado,



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos produtos identificados e classificados neste documento.

RISCO 01 - A não elaboração do Termo de Referência em tempo hábil para a ocorrência da

licitação dentro da vigência do contrato atual.

Probabilidade:		( <b>X</b> ) Baixa	( ) Méd	dia ( ) Alta		
	Impacto: ( ) Baixa ( ) Mo		()Méd	ia ( <b>X</b> ) Alta		
ld	Ausência da equipe de apoio técnico o que causará atraso na elaboração de planilhas e outros produtos correlacionados a esta contratação.					
1.		Ação preventiva Responsável				
ld		com antecedência o estudo técnico ra análise e aprovação por parte do fiscal Fiscal de contra				
		amentos excessivo do pro	cedimento.			
Pı	robabilidade:	( <b>X</b> ) Baixa	( ) Méd	dia ( ) Alta		
	Impacto:	( <b>X</b> ) Baixa	( ) Méd	dia ( ) Alta		
ld	Legitimidade do procedimento colocada em questão.					
1.	Ação preventiva Responsável					
ld	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Termo de Referência ou Projeto Básico, atentar à legislação vigente no tocante a exigências da classe trabalhista.			Responsável pela elaboração do Termo de Referência		
RISCO 03 - Procedimento deserto ou fracassado.						
Probabilidade:						
Pı	robabilidade:	( <b>X</b> ) Baixa	( ) Méd	dia ( ) Alta		
Pi	robabilidade: Impacto:	( <b>X</b> ) Baixa ( ) Baixa	( ) Méd ( <b>X</b> ) Méd	· /		
Id	Impacto:		(X) Méd	· /		
	Impacto:	( ) Baixa	(X) Méd	· /		
ld	Falta de intere  Destacamos o (três) proposi	( ) Baixa	(X) Méd s. do processo 3 ecidas para a	dia ( ) Alta		



RISCO 04 - Contratada se recusar a assinar o contrato.						
Probabilidade:		( <b>X</b> ) Baixa	( ) Mé	dia ( ) Alta		
	Impacto:	( ) Baixa	( ) Méd	ia ( <b>X</b> ) Alta		
ld	Não concluir o procedimento tendo que reabrir novo prazo para a captação de novos interessados.					
1.		Ação preventiva		Responsável		
ld	Definir punição no Termo de Referência para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.  Responsável pela elaboração Termo de Referência Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.					
RISCO	<b>) 05</b> - Incapaci	dade da empresa venc	cedora em executar	o contrato.		
Probabilidade: (X) Baixa () Me			( ) Mé	·		
	Impacto:	( ) Baixa	( ) Méd	lia (X)Alta		
ld	Atraso nos pre	odutos.				
1.		Ação preventiva		Responsável		
ld	Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos produtos a serem prestados.  Exigir documentação comprovatória que a licitante já prestou produtos semelhante ao contratado através de comprovantes de capacidade técnica.			Responsável pela elaboração do Termo de Referência		
		•				
RISCO	<b>06</b> - Falência	da empresa vencedor	a.			
Probabilidade: (X) Baixa () N		( ) Mé	dia ( ) Alta			
	Impacto:	( ) Baixa	( ) Méd	lia (X)Alta		
ld	Atraso nos produtos.					
1.	Ação preventiva			Responsável		
ld	Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica financeira.		Responsável pela elaboração do Termo de Referência			
RISCO	<b>07</b> - Atraso n	o fornecimento de mate	eriais ou fornecimer	nto inadequado.		
Р	robabilidade:	(x)Baixa	( ) Mé	dia ( ) Alta		
	Impacto:	( ) Baixa	( ) Méd	dia ( ) Alta		
ld	Prejuízos fina	nceiros e risco à qualic	dade dos materiais d	disponibilizados aos munícipes.		
1.	Ação preventiva Responsável					



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Id	materiais.  Setor de co especificações	presa responsável pelo for ompras e orçamentos s dos materiais solicitado car o fornecedor para troca	identificar as	Setor de Compras e Orçamentos		
RISCO	O 08 – Entrega	dos produtos com validade	e vencida.			
Р	Probabilidade:	(x)Baixa	( ) M	édia ( ) Alta		
	Impacto:	( ) Baixa	( ) Mé	edia ( ) Alta		
ld	Prejuízos financeiros aos cofres do município.					
4	Ação preventiva			Responsável		
1.		3				
ld		ato da entrega, matérias fo oróximo do prazo e notil	•			

**SUELENE MILHOMEM MOURA** 

Secretária Municipal de Saúde Aprovador do Estudo Técnico



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

### **ANEXO III - Minuta de Contrato**

TERMO DE CONTRATO N° /2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BERNARDO SAYÃO /TO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA XXXXXXX, CONSTANTE DO PROCESSO NUP: /2025.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao procedimento licitatório, à proposta vencedora e ao processo administrativo, identificados no preâmbulo, independentemente de transcrição.
- 1.2. Discriminação do objeto:

ITE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL

# CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ENTREGA, MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

- 2.1. As condições de recebimento do objeto deste Contrato são aquelas previstas no Termo de Referência ANEXO II ao edital da licitação oriunda deste termo de contrato, o qual faz parte independentemente de transcrição.
- 2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato
- 2.3. O prazo para prestação de serviço, objeto da Nota de Empenho e assinatura do contrato, não poderá exceder 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do mesmo.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

2.4. O serviço deverá ser prestado no anexo I da unidade basica da Secretaria da Saúde, localizado na Rua Ernestino Marceino Alves, n° 78 CEP: 77.755-000, em dias úteis nos horários das 08:00 às 17:00 horas – telefone: (63) 3422-1210.

- 2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá serobservado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que permite à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 2.6. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.
- 2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.
- 2.8. Os serviços deverão ser de qualidade, de modo que atendam às especificações técnicas do termo de referência e padrões do mercado;
- 2.9. O recebimento dos objetos dar-se-ão após a conferência de suas especificações, observando as mesmas solicitadas no processo e constatação nas especificações contidas na Nota Fiscal em conformidade com a Nota de Empenho.
- 2.10. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por parte do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, atendendo às reclamações formuladas e cumprindotodas as orientações, das mesmas, visando o fiel cumprimento do contrato
- 2.11. Todo transporte do objeto deste termo e demais despesas, diretas e indiretas, será de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA (art. 105)

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogável nos limites e condições estabelecidas no art. 105 da Lei 14.133/2021, respeitando-se o exercício financeiro em relação a(s) nota(s) de empenho e da declaração orçamentária na proporção do saldo.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, PAGAMENTO, REAJUSTE

- 4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .......... ( ............).
- 4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3. A CONTRATADA e o CONTRATANTE ater-se-ão ao disposto no Termo de Referência, com observância que o pagamento será realizado, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto de recebimento da Nota Fiscal, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, Banco: \_, Agência: n°. \_ Conta Corrente: n°\_, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.
- 4.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, calculada pela última variação vigente.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX) I = (TX/100) I = (indice apurado)

365 TX = Percentual da taxa anual = (calculada pela última variação vigente).

- 4.5. Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irreajustáveis pelo período de um ano a partir da data do orçamento estimado, e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos, pelo IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.
- 4.6. A solicitação de reajuste de preços de mercado, caso haja aumento nesses, deverá ser comunicada antes do pedido de fornecimento do objeto.
  - 4.6.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período
- 4.7. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS DOS PREÇOS, da Lei n. 14.133/2021.

### 4.15CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORCAMENTARIA (art. 92, VIII)

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento deste Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo, conforme Nota de Empenho nº:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA(art. 92, XVI, XVII):

- 6.1.1. A empresa vencedora se obriga a disponibilizar os serviços, dentro das condições do presente certame licitatório, das necessidades e proporcionalidades descritas neste Termo de Referência, além das exigidas por Lei;
- 6.1.2. Não deverá transferir a terceiros, total ou parcial, a prestação do serviço sem a prévia e expressa autorização desta secretaria;
- 6.1.3. Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.1.4. Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no fornecimento dos serviços;
- 6.1.5. Entregar do serviço, nos prazos estabelecidos, devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal/fatura corretamente preenchida, com descrição do objeto, número do processo e número da nota de empenho;
- 6.1.6. As empresas deverão entregar os serviços, em perfeito estado, sem inadequação de conteúdo e



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

identificadas às condições.

6.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Secretaria de Saúde do Município de Bernardo Sayão;

### 6.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE (art. 92, XIV):

- 6.2.1. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à Contratada para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes do objeto do presente Termo de Referência;
- 6.2.2. Receber o objeto deste Termo de Referência através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com inciso II, do artigo 140 da Lei federal no 14.133/21;
- 6.2.3. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 6.2.4. Não permitir o recebimento do objeto deste em desacordo com o pre estabelecido;
- 6.2.5. Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal (ais) /Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega do objeto e/ou serviço e ATESTO do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na Nota Fiscal:
- 6.2.6. Providenciar, junto à contratada substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos todo e qualquer profissional, que vier a apresentar avaria ou ainda em desacordo com o descrito neste Termode Referência na prestação do serviço;
- **6.2.7.** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;
- 6.2.8. Analisar a solicitação da Contratada, no que se refere à prorrogação de prazo de entrega do objeto e/ou serviço deste TR.
- 6.2.9. Providenciar junto o Gestor do Fundo Municipal de Saúde, nova cotação de preços dos materiais a fim de verificar preço e qualidade nos casos de prorrogação ou quando necessário e conveniente para a Administração;
- 6.2.10. Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente.
- 6.2.11. Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, inerentes à sua habilitação.
- 6.2.12. O Contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 7.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 com as alterações posteriores as seguintes sanções, sem prejuízodas responsabilidades civil e criminal.
- 7.1.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
  - a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) Fraudar na execução do contrato;
  - d) Comportar-se de modo inidôneo;
  - e) Cometer fraude fiscal:



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

f) Não mantiver a proposta.

- g) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- h) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- j) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - e) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bernardo Sayão pelo prazo de até três anos;
  - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 7.3. Também ficam sujeitas às penalidades dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
  - a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente em outras normas vigentes, em especial.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 8.1. O presente Instrumento poderá ser extinto nos termos do artigo 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia ampla defesa e contraditório.
- 8.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
  - a) Balanço dos eventos contratuais (cumpridos; parcialmente cumpridos; não cumpridos);



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

#### 9.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- c) subcontratar o objeto deste Termo de Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES (art. 124, 125, 126)

- 10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao caso concreto.
- 10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 12.1. Para execução do presente instrumento a Contratante e a Contratada deverão observar o disposto na Lei 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.420/2015.
- 12.2. Fica vedado as partes signatárias deste instrumento oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018-Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD)

- 13.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.
- 13.2. Para efeitos legais, a Contratante, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes.



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

- 13.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.
- 13.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da Contratante, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.
- 13.5. A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade da Contratante, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.
- 13.6. A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:
- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- d) A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, e Órgãos de controle administrativo em geral;
- e) O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pela Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;
- f) Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável da Contratante para que decida previamente sobre a questão;
- g) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no Termo de Referência e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MATRIZ DE RISCO (art. 92, IX)

•••

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO (art. 94):

15.1. A publicação do presente Termo de Contrato é condição indispensável para sua eficácia e deverá ser providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 94 de Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (art. 117):



AV. ANTONIO PESCONE, 378 – CENTRO - CEP: 77.755-000 BERNARDO SAYÃO – TO Fone: (063) 3422-1241 E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

16.1. A gestão e fiscalização da execução deste Termo de Contrato serão efetuadas por servidor designado pelo CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. O prazo de garantia é conforme estabelece a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do consumidor).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente termo fica eleito o Foro de Colinas/TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Bernardo Sayão/TO, de de 2025

EMPRESA CONTRATADA (Nome do Responsável) (Cargo)

CONTRATANTE (Nome do Gestor) (Cargo)